

RELATÓRIO ANUAL 2022



 **SICOOB**
Nossacoop

SUMÁRIO

1 Apresentação
Pag. 3

2 Relatório da Administração
Pag. 11

7 Negócios
Pag. 42

8 Ações Implementadas
Pag. 44

3 Demonstrações Contábeis
Pag. 14

4 Parecer do Conselho Fiscal
Pag. 35

5 Relatório da Auditoria
Pag. 36

6 Grandes Números
Pag. 38



APRESENTAÇÃO

1



- **SISTEMA SICOOB**
- **O SICOOB NOSSACOOP**
- **AGÊNCIAS**
- **PRESIDÊNCIA E DIRETORIA EXECUTIVA**
- **CONSELHOS**
- **DELEGADOS**
- **COLABORADORES**
- **MENSAGEM DO PRESIDENTE**
- **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

SISTEMA SICOOB

Imagine mais de 6 milhões de pessoas construindo juntas um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira: este é o Sicoob – Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil. Hoje, somos centenas de cooperativas financeiras com atuação em todos os estados brasileiros, sempre regidas por esses valores.

Quem faz parte do Sicoob conta com mais de 3 mil pontos de atendimento, milhares de caixas eletrônicos e uma diversidade de canais digitais que permitem o acesso a um portfólio completo de produtos e serviços financeiros – como conta corrente,

investimentos, crédito, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança e muito mais –, com preços bem mais justos que os encontrados no mercado financeiro convencional.

Isso acontece porque, aqui, quem se associa não é apenas um cliente: é um cooperado e, como dono do empreendimento, participa democraticamente das decisões e dos resultados financeiros – resultados esses que são reinvestidos no desenvolvimento regional, em um círculo virtuoso de prosperidade socioeconômica.

COMPOSIÇÃO SISTêmICA



Integram o Sistema Sicoob (CCS):

- Uma confederação;
- Um banco cooperativo;
- Um instituto voltado para o investimento social estratégico;
- Uma distribuidora de títulos e valores mobiliários;
- Uma processadora e bandeira de cartões;
- Uma administradora de consórcios;
- Uma entidade fechada de previdência complementar;
- Uma seguradora do ramo vida e previdência.

O SICOOB NOSSACOOP

Somos uma cooperativa de crédito, fundada em novembro de 1996, por um grupo de profissionais da Face/UFMG e do CEFET-MG, que idealizaram uma nova forma de acesso aos serviços financeiros. Atuamos com uma política operacional baseada na ajuda mútua, viabilizando, ao nosso quadro social, a conquista de uma melhor qualidade de vida.

Desde a nossa fundação, havia a vontade de proporcionar os benefícios cooperativistas para mais pessoas e, com planejamento e segurança, expandimos nossa área de atuação realizando a abertura de novas agências em diversas cidades.

Hoje, estamos presentes em 23 municípios de Minas Gerais, com 37 agências, duas Unidades Administrativas e mais de 26 mil cooperados.

Com um quadro de colaboradores qualificado e comprometido, oferecemos um amplo portfólio de produtos e serviços com condições muito atrativas. Por sermos uma cooperativa, temos o diferencial de realizar a distribuição das sobras – ou seja, os lucros – no encerramento de cada ano. Trabalhamos com total transparência e pautados no atendimento humanizado e, com uma performance vigorosa, somos hoje referência no cooperativismo de crédito.

DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS



PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



VISÃO

Ser a principal Instituição Financeira dos associados, promovendo o seu desenvolvimento econômico e social.



MISSÃO

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.



VALORES

Ética;
Respeito;
Transparência;
Comprometimento;
Responsabilidade;
Solidariedade.



24
MUNICÍPIOS
ATENDIDOS



37
AGÊNCIAS



+ de 26 mil
COOPERADOS

AGÊNCIAS

Belo Horizonte
Barreiro
Belvedere
CEFET
Coopecremt
Lourdes
Novos Horizontes
Pampulha
Polícia Federal
Saúde
UFMG
Venda Nova
Plataforma Digital

Região Metropolitana
Betim
Cidade Industrial
Contagem
Ibirité
Pedro Leopoldo
Raposos
Ribeirão das Neves
Sabará
São Joaquim de Bicas
São José da Lapa

Demais Localidades
Barbacena
Cachoeira do Campo
Capela Nova
Caranaíba
Carandaí
Congonhas
Conselheiro Lafaiete
Correia de Almeida
Diamantina
Juiz de Fora
Mariana
Montes Claros
Unimontes
Santos Dumont
São João Del-Rei

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA



Alfredo Alves de Oliveira Melo

Presidente do Conselho de Administração



Gustavo César Souza Nascimento

Vice-Presidente do Conselho de Administração



Fabiano Soares dos Santos

Diretor Coordenador



Gilmar Lima Guimarães

Diretor Administrativo e Financeiro



Bruno Mota Ferreira

Diretor de Negócios



CONSELHOS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gestão 2019 - 2023

Alfredo Alves de Oliveira Melo (Presidente)

Gustavo César Souza Nascimento (Vice-presidente)

Carlos Antônio Carneiro Lopes

Celso Ferreira dos Santos

Cid Antônio Morais Junior

Juliana Silva Ramires

Margaret de Oliveira Lopes Silva

Rosaura de Castro Alves

Vitória Resende Soares Drumond



CONSELHO FISCAL

Gestão 2020 - 2023

EFETIVOS

Carlos Henrique Fernandes Guerra

Mateus Rocha Menezes

José Roberto de Souza Francisco

SUPLENTES

Gustavo Henrique Ferreira Dolisse

Marina Alves de Souza

Mônica Gonçalves Azeredo Torres





DELEGADOS

Gestão 2023 - 2025

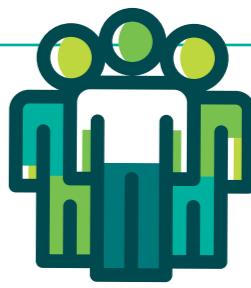
EFETIVOS

Barbacena	Adelmo Francisco Da Costa Gabriela Antunes De Carvalho	Lourdes	Pedro Ivo Seixas Viana Elzio De Oliveira Lage
Belvedere	Karina Marcia Sadi De Libero Veiga Priscilla Fortunato De Assis	Mariana	Wadson Fernando De Assumpção Leonel Tiago Braz
Betim	Bruno De Souza Camilo Manuel Do Nascimento Rodrigues	Montes Claros	Fabiana Campos Lage João Luis Miranda De Oliveira Rocha
Cachoeira do Campo	Iva De Souza Silva Fernanda Basílio Ribeiro Da Silva	Novos Horizontes	Wladimir Estanislau Ferreira Carmen Lucia Werneck (Barbacena)
Capela Nova	Cibile Claudino Da Silva Thales Henrique Assumpção	Pampulha	Breno Veiga Gonçalves Clarice Passos Friche
Caranaíba	Luiz Mauro Valadão Queiroz Lucas Ottone Da Silva	Pedro Leopoldo	Elson Candido Dos Santos Marcos Roberto Dos Santos
Carandaí	Claudia Resende Hudson Alves Thamara Silva Carneiro	Polícia Federal	Marco Aurélio Bolpato Da Silva Juvercino Guerra Filho
CEFET	Antonio Cesar Chaves Mário Sérgio Santos Rosa	Raposos	André Luiz Soares De Souza Ana Paula Nascimento Soares De Souza
Congonhas	Bruno De Almeida Melo Sandoval De Oliveira Mendes	Ribeirão das Neves	Eduarda Bucker De Souza Luciana Andreia De Oliveira
Conselheiro Lafaiete	Rafaela Mariani De Jesus Arão Cleber Da Conceição	Sabará	Adriane Carla Teixeira Rangel Thais Naiara Penido Do Carmo
Contagem	Lourdes Paganini Dias Mendes Keylla Lomes Bianco Ottone	Santos Dumont	Braulio Laercio Camilo Isabela Bento Lage
Coopecremt	Blandino De Oliveira Diana Marcia Luiza Pereira Dos Santos	São João Del Rei	Raul Oliveira Camilo João Victor Nascimento Socaes De Souza
Correia de Almeida	André Avelar Teixeira Rangel Bruno Henrique Da Silva (Mariana)	São Joaquim de Bicas	Cássio Rocha Braga Pablo Miranda Felix Oliveira
Diamantina	Karine De Moraes Ribeiro Clevison Damião Da Silva Ribeiro	São José da Lapa	Eduardo Antenor Dos Santos Lucas Mateus Dos Santos
Digital	Dener De Souza Da Silveira Ivan Beck Ckagnazaroff Maria Clara Ramires Lacerda Robson Batista Jaime Gomes Martins	Saúde	Maria Goreth Gonçalves Maciel Adriana Alves Figueiredo Nascimento
Ibirité	Artemia Nascimento De Jesus Sonia Maria Mota Ferreira	UFMG	Cristina Del Papa Egler Marcelino Santos Aurea Domingos Florisvaldo Ferreira Lisboa
Juiz de Fora	Fernanda Cassia Gonçalves Assumpção Rodrigo Pinheiro De Souza	Unimontes	Iara Maria Soares Costa Da Silveira Maria De Fátima Assis
		Venda Nova	Matheus Victor Pires Leão Ronaldo Pinheiro De Sousa



SUPLENTES

PA - Unidade Seccional	Candidato - Ordem de Convocação
Mariana	1º . Bruno Henrique Da Silva (convocado)
Barbacena	2º . Carmen Lucia Werneck (convocado)
Saúde	3º . Jussara Alves Dos Santos
Barbacena	4º . Terezinha Maria Dias De Carvalho
Barbacena	5º . Pablo Herhel Candian
UFMG	6º . Lízia Maria Porto Ramos
UFMG	7º . Rosangela Da Silva Santos
Saúde	8º . Maria Célia Graveli Neves
Unimontes	9º . Gy Reis Gomes Brito
UFMG	10º . Eugenio Tadeu Pereira
UFMG	11º . Rogério Fidélis Da Silva
Barbacena	12º . Victor Augusto Dias De Carvalho
Diamantina	13º . Celmo Aparecido Ferreira
Lourdes	14º . Pedro Mendes De Souza Neto
Unimontes	15º . Giuliano Vieira Mota
Unimontes	16º . Maria Aparecida Alves Guimarães
UFMG	17º . Macilene Gonçalves De Lima
UFMG	18º . Tania Lucia Hirochi
UFMG	19º . Eni Da Conceição Rocha
UFMG	20º . Paulo Rogério Pereira De Freitas
Unimontes	21º . Ernane Neves De Paiva
Barbacena	22º . Silvio Lúcio Salvador
Pólicia Federal	23º . Luciano Da Silva Junior
CEFET	24º . Mauricio Vieira Gomes Da Silva
Conselheiro Lafaiete	25º . Denis Pacheco Morais
UFMG	26º . Monica Farias Ramos
Digital	27º . Priscila Melo Martins
Sabará	28º . Glacia Maria Barbosa De Almeida
Unimontes	29º . Helder De Castro Bernardes Barbosa





COLABORADORES

Ada Helen Batista Pereira das Neves
Adriana Pires da Silva Assunção
Alda Maria Mendes Carvalho
Aldenir de Barros Costa
Alexandre Brant Rabello
Alexandre Rodrigues dos Anjos
Aline Braga Meirelles Danese
Amanda Andrade Malheiros Lima
Ana Caroline Soares Tavares
Ana Eloisa Cruz Andrade
Ana Flávia Oliveira de Assis
Ana Paula Cardoso de Paula
Ana Paula da Silveira Soares
Ana Paula de Matos Gomes Oliveira
Anastácia César Cardoso
Andrea Malta Lana Fórneas Santiago
Anna Luisa Vivas Costa Lamonier Freire de Aguiar
Antônio Alves Caldeira Neto
Beatriz de Araújo Ferreira
Beatriz Regina Moura Sales Dias
Breno Henrques Costa
Bruna Cristina Damasceno Rodrigues Sales
Bruna Cuisse Araújo
Bruna Daniele Mendes
Bruna Rodrigues Álvares Curi
Bruno Marlon Vieira
Bruno Mota Ferreira
Camila Aparecida Pereira Rocha
Camila Aparecida Silva Santos
Camila da Silva de Paula
Camila Lacorte Germano
Carlile Cerqueira de Oliveira
Carlos Alberto Barbosa Santos
Caroline da Costa Abritta Lourenço
Celso Irias Lopes
Charlene Souza Palma França Magalhães
Cibele Grazielle De Melo
Cristian Júnio de Melo Pereira
Cristiane Rodrigues Costa
Cynthia Kelly Ferreira Santos
Daiana Pereira Sant'Ana
Daiane Oliveira da Costa
Dalviane Mendes da Cruz

Daniel Tadeu de Oliveira Alves
Dener Frias Oliveira
Diego Coelho Martins
Dione Sanders Siqueira dos Santos Penido
Éder Vinicius de Castro
Edmilson Luciano Costa
Ellen Sabrina de Souza Carvalho
Emanuel Filipe Martins Farias
Emerson Geraldo Rocha
Emilia Cassia Ferreira
Emilia Regina de Paula Silva Lelis
Érica Aparecida Gonçalves
Érica Cristina dos Santos
Érika Maria de Jesus Cordeiro Moreira
Érika Reis Barbosa Santos Costa
Eveline Helena Israel Carvalho Machado
Fabiana de Oliveira Alves Gomes
Fabiano Alves e Silva
Fabiano Coimbra da Silva
Fabiano Soares dos Santos
Fábio Augusto Ferreira Dolisse
Fabíola Luzia Carvalho Fonceca
Fabrícia Pereira dos Santos Castro
Fabrício Mário Galvão Miranda
Fabyola Jenyfher de Oliveira Santos
Felipe Oliveira Bento Lage
Félix Rangel Paz
Fernanda Augusta Neves Queiroz Silva
Fernanda Cândida dos Santos
Fernanda de Fátima Veloso Pinto
Fernanda Isabela Garcia Ribeiro
Fernanda Lopes Gomes Leite
Fernando do Carmo Ferreira Teixeira
Fernando Nascimento Morgado
Flávia Larissa Xavier
Flávia Melo Góes
Flávia Teixeira Diniz
Flávio Sorrentino Arcanjo
Franceana Martins Vieira Magalhães
Francianne Araújo de Moraes Ferreira
Francis Randt de Oliveira Rodrigues
Gabriel Henrique Nascimento Soares de Souza
Gilberton Gomes dos Santos
Gilmar Lima Guimarães
Giselle Louize Alves Lopes
Gladston Dias Venancio
Gláucia Blenda de Souza Camilo
Glória Regina Corrêa
Heloísa de Souza Silva
Helton Raimundo de Oliveira
Hilda Maria Fernandes Rino
Igor Gabriel Ferreira de Assis
Isadora Assunção Cerqueira Procópio
Izabela de Cássia Esteves
Izabella Ester de Carvalho Dias
Jacqueline Santos Pereira de Almeida
James Barboza Graça
Janine Milene Luchesi Maia
Jean Carlos Vicente de Oliveira
Jennifer Martins dos Anjos
Jéssica de Almeida e Silva

Jéssica Poliana de Matos Faria Martins
Jimmy Robson Fonseca
João Vitor Oliveira Pinto
Josiane Aparecida Nazário da Fonseca
Júlia Gabriela Moreira Santos
Júlia Teixeira Santos
Júlio Cesar Ferreira da Paz
Júnia Aparecida Carvalho dos Santos
Karollyne Nunes Abutrab de Abreu
Kátia de Jesus Barbosa Dutra
Kelly Cristina Machado Barbosa Vieira
Kelly Rafaela Costa Ferreira
Kely Imaculada Jaques
Larah Steffany Cardoso Andrade
Larissa Nauana Batista Tavares
Larissa Ribeiro de Castro
Lauren Carolina Maia Rocha
Layla Aparecida Teixeira Hilarino Carvalho
Layra Nunes Combat
Leonardo Marques Dos Santos
Leonardo Vinícius Melillo
Letícia Aparecida de Paula Fernandes
Letícia Aparecida Gonçalves
Letícia Miranda Figueiredo
Lucas Calasans Gomes
Lucas Ribeiro Dornelas
Luciana Martins Rezende Moraes
Lucrecia Hanze Hess
Ludmila Hulda Torri Bagot
Luís Henrique Silva
Luiz Armando Sodré Júnior
Luiz Cláudio de Araújo Vieira
Luiz Eduardo Guedes
Maraline Bonetti Hallak
Marcelle Batista da Conceição
Márcia Maria Lourenço Assunção
Márcio Júlio Pereira Henrques
Marcílio das Graças Silva
Márcio Roberto Vitoretti Júnior
Marcos Francisco Gomes
Maria Silvia Guimarães
Mariana Santana Duarte
Mariane de Fátima Mateiro Vieira
Mateus Navarro de Freitas Silva
Mateus Silva Bernardo
Matheus Olavio Amorim
Maurílio Adriano Braga
Milton Da Costa Lima Júnior
Mirinaldia Rodrigues Santos
Mônica Matildes Domingos Costa
Natacha Mendes Costa
Natália Fernanda Lima Jardim
Natália Priscila Almeida Rocha
Nathália Gonçalves da Silva Ottone
Nathan Marcello de Franca Ferreira
Pâmela Fernandes Macedo
Patrícia Alves Fernandes
Patrick Roberto Sant'Ana
Paula Abreu Sarmento
Pedro Henrique Nascimento Marques
Pollyanna Márcia Souza Oliveira

Polyane Lígia Ribeiro Silva
Priscila Bianca Oliveira
Rafael de Paula Portela
Raiane Cristine de Oliveira Silva
Raissa Beta de Araújo Souza
Rayra Nogueira Brito
Renata Anastácia Andrade
Renata Aretusa Rodrigues de Souza
Renata Lima de Souza
Rênea Dolariza Soares das Chagas
Ricardo Formagini Dornellas Filho
Robson Rodrigues Dias Júnior
Rodrigo Bento da Fonseca
Rodrigo Machado da Silva
Rosemary Batista dos Santos
Rosemeire Aparecida de Oliveira Praxedes
Rozana Teixeira da Silva
Sabrina Rodrigues de Souza
Samuel Felipe Nascimento Soares de Souza
Sandra Regina Garcia Leal
Sidnei Dias Toledo
Silvane Maciel Furtado Cunha
Simony de Oliveira Mendes
Stéfane Lovisi Souza Figueiredo
Sthefany de Oliveira Gonçalves
Taissa Maielly Ramos Araújo
Thiago Henrique de Lima
Tiago Gomes dos Santos
Tobias de Assis Reis
Valdo Ferreira Alves
Valéria Paganini
Vinícius de Azevedo Moreira Lima
Wagner Luiz da Costa Milagres
Wallace Lucas Gonçalves
Wanderson Teixeira Alves
Wanessa Xavier Andrade Damiao
Warlem da Anunciação Maciel
Warlen Cassilhas Calixto
Welberth Parreiras Chagas
Zilmara Maurício Pinheiro Domingos





MENSAGEM DO PRESIDENTE

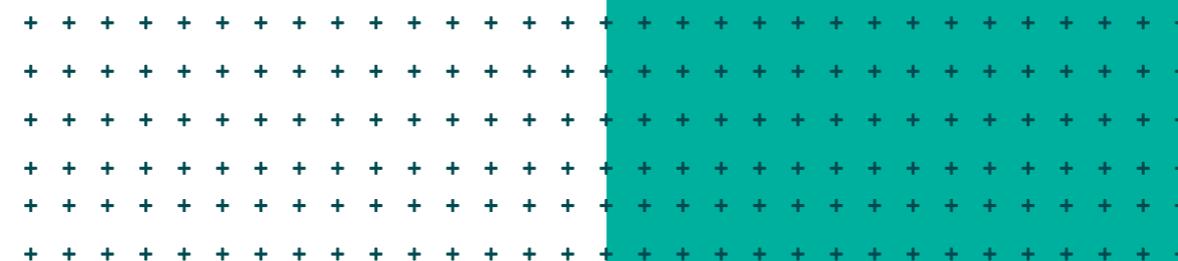
Um ano marcado por desafios inimagináveis. Em 2022 tivemos de nos adaptar de maneira abrupta, e de nos reinventar diante das novas mudanças do cenário mundial, que no Brasil implicou em uma elevação rápida das taxas de juros, comprometendo o desempenho da Nossacoop. Os impactos trazidos pela pandemia ainda ressoam na vida dos brasileiros, e é neste momento que o Cooperativismo de Crédito se torna ainda mais relevante, no sentido de conectar pessoas e possibilitar o crescimento de maneira sustentável.

Com o objetivo de difundir os princípios do Cooperativismo cada vez mais nas comunidades e tornar acessível uma vida financeira mais justa, O Sicoob Nossacoop inaugurou 6 novas agências, nos municípios de Capela Nova, Caranaíba, Conselheiro Lafaiete, Raposos; em Contagem, no bairro Cidade Industrial; e na região do Barreiro, em Belo Horizonte. Além disso, reinauguramos uma das agências mais tradicionais da Cooperativa, a agência Unimontes, e inauguramos o PA de Relacionamento, uma agência especialmente

desenvolvida para reaproximar as contas inativas e reafirmar a característica humanizada do atendimento da Nossacoop. Não podemos esquecer da incorporação da Coopecremt-UFMG, união esta que trouxe para o Sistema Sicoob mais de 2 mil cooperados.

Aos 26 anos de trajetória, chegamos à marca de mais de 26 mil cooperados em 24 municípios mineiros, que são atendidos por meio de 36 agências e uma Plataforma Digital, unindo a característica essencial do Cooperativismo com as demandas tecnológicas dos novos tempos.

Não há dúvidas de que o Sicoob Nossacoop segue cada vez mais forte e presente no dia a dia dos associados, e as perspectivas para o futuro são ainda mais promissoras que os números apresentados neste relatório. A expansão da nossa área de atuação precisa caminhar de mãos dadas com o crescimento sustentável, e mesmo que seja necessário um rearranjo em nosso modelo de negócios, este deve estar aliado à nossa essência Cooperativista, pautado em valores consistentes e preocupados com o desenvolvimento humano nas comunidades onde estamos presentes.



Alfredo Alves de Oliveira Melo

Presidente do Conselho de Administração - Sicoob Nossacoop



EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Belo Horizonte e Cidades Polo do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB NOSSACOOP
CNPJ (MF) 01.760.242/0001-46 NIRE 31400020446

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Belo Horizonte e Cidades Polo do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB NOSSACOOP, por meio do Presidente do Conselho de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os 75 (setenta e cinco) delegados, em condições de votar, que representam os 27.137 (vinte e sete mil, cento e trinta e sete) cooperados, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 04 de março de 2023, às 9 horas, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de delegados; às 10 horas, em segunda convocação, com a presença de metade e mais 1 (um) do número total de delegados; ou às 11 horas, em terceira convocação, com a presença de no mínimo 10 (dez) delegados; para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) leitura para discussão e julgamento do Relatório da Administração, Parecer do Conselho Fiscal, Relatório da Auditoria Externa, Balanço Geral, Demonstração do Resultado e demais contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- b) destinação do Resultado do Exercício de 2022;
- c) eleição para o Conselho Fiscal;
- d) eleição para o Conselho de Administração;
- e) aprovação de políticas institucionais;
- f) outros assuntos de interesse social, sem caráter deliberativo.

Conforme previsto no Regulamento Eleitoral da Cooperativa, o prazo para registro de chapas candidatas ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração é de 6 (seis) dias úteis após a publicação deste edital, ou seja, de 27 de janeiro a 03 de fevereiro de 2023. O registro deverá ser feito na Sede Administrativa da Cooperativa, situada na Rua Artur Itabirano, 251, Sala 407, São José (Pampulha), Belo Horizonte/MG, no horário compreendido entre 11h e 16h, observando as exigências Estatutárias e Regimentais para candidatura.

A Assembleia Geral será realizada de forma a distância (digital), por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Google Play e Apple Store, acessível a todos os associados e onde somente os delegados convocados poderão se manifestar e votar. Os demais cooperados poderão acompanhar por meio de transmissão no sítio eletrônico da Cooperativa. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no sítio eletrônico www.sicoobnossacoop.com.br.

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2023.

Alfredo Alves de Oliveira Melo
Presidente do Conselho de Administração



2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Relatório da Administração 31 de dezembro de 2022

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. SICOOB NOSSACOOP

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB NOSSACOOP.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB NOSSACOOP é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 92,44% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a verificação e análise de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECREMGE e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.



6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB NOSSACOOP registrou o total de 179 (cento e setenta e nove) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Das reclamações, 68 (sessenta e oito) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Contas Relevantes das Demonstrações Contábeis

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Unidade de Apresentação: reais

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos JPC	-43,89%	5.820.971,74	10.374.667,33
Juros ao Capital	247,23%	(3.074.247,17)	(885.365,53)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações	71,05%	2.746.724,57	9.489.301,80
Patrimônio Líquido	18,37%	68.046.345,22	57.486.837,56
Ativos	8,18%	673.754.348,10	622.829.215,27
Depósitos na Centralização Financeira	-11,32%	165.496.704,83	186.622.152,63

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	33,58%	26.821	20.078

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	0,00%	6.579.313,93	0,00
Carteira Comercial	13,74%	465.250.195,39	409.061.290,87
Total	15,34%	471.829.509,32	409.061.290,87

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 19,90% da carteira, no montante de R\$ 94.019.953,38.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	24,10%	125.444.338,94	101.080.638,38
Depósitos a prazo	6,53%	378.624.046,36	355.418.808,60
LCA	0,00%	416.108,78	0,00
LCI	0,00%	9.052.355,35	0,00
Total	12,49%	513.536.849,43	456.499.446,98

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 27,82% da captação, no montante de R\$ 141.005.950,93.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/22	31/12/21
Total	24,09%	64.469.210,41	51.955.562,14



O Patrimônio de Referência apresentou um acréscimo de 24,09%.

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

BELO HORIZONTE-MG, 31 de dezembro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alfredo Alves de Oliveira Melo
Gustavo César Souza Nascimento
Carlos Antônio Carneiro Lopes
Celso Ferreira dos Santos
Cid Antônio Morais Junior
Juliana Silva Ramires
Margaret de Oliveira Lopes Silva
Rosaura de Castro Alves
Vitória Resende Soares Drumond

Conselheiro Efetivo – Presidente
Conselheiro Efetivo – Vice-Presidente
Conselheiro Efetivo
Conselheiro Efetivo

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Soares dos Santos
Diretor Coordenador

Gilmar Lima Guimarães
Diretor Administrativo e Financeiro

Bruno Mota Ferreira
Diretor de Negócios



3

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- BALANÇO PATRIMONIAL;
- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO;
- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE;
- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA;
- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO;
- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. SICOOB NOSSACOOP

SICOOB NOSSACOOP
CNPJ: 01.760.242/0001-46
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

ATIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
DISPONIBILIDADES	4	7.979.413,16	6.986.661,52
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		663.113.165,13	601.125.279,25
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.166.580,31	-
Títulos e Valores Mobiliários	6	17.143.977,63	-
Relações Interfinanceiras		165.496.704,83	186.622.152,63
Centralização Financeira		165.496.704,83	186.622.152,63
Operações de Crédito	7	471.829.509,32	409.061.290,87
Outros Ativos Financeiros	8	7.476.393,04	5.441.835,75
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(17.563.357,59)	(15.338.292,28)
(-) Operações de Crédito	7	(16.479.104,18)	(14.929.993,29)
(-) Outras	8.1	(1.084.253,41)	(408.298,99)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	369.853,96	182.071,89
OUTROS ATIVOS	10	2.759.085,66	1.427.996,17
INVESTIMENTOS	11	17.335,18	13.617.484,50
IMOBILIZADO DE USO	12	25.601.770,70	20.732.766,24
INTANGÍVEL	13	1.090.813,55	1.033.751,06
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	12,13	(9.613.731,65)	(6.938.503,08)
TOTAL DO ATIVO		673.754.348,10	622.829.215,27

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		673.754.348,10	622.829.215,27
DEPÓSITOS	14	504.068.385,30	456.499.446,98
Depósitos à Vista		125.444.338,94	101.080.638,38
Depósitos a Prazo		378.624.046,36	355.418.808,60
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		88.192.461,98	96.289.506,31
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15	9.468.464,13	-
Relações Interfinanceiras		4.288.119,53	-
Repasses Interfinanceiros	16	4.288.119,53	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16	73.433.651,80	89.614.859,10
Outros Passivos Financeiros	17	1.002.226,52	6.674.647,21
PROVISÕES	18	3.371.268,15	2.900.976,67
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	1.284.425,39	1.225.088,90
OUTROS PASSIVOS	20	8.791.462,06	8.427.358,85
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	68.046.345,22	57.486.837,56
CAPITAL SOCIAL		37.631.854,48	29.675.741,54
RESERVAS DE SOBRAS		27.421.336,86	22.015.375,30
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		2.993.153,88	5.795.720,72
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		673.754.348,10	622.829.215,27

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA.
SICOOB NOSSACOOP
CNPJ: 01.760.242/0001-46
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		52.145.514,73	96.446.605,96	61.109.983,77
Operações de Crédito	23	39.373.202,52	71.201.164,83	51.848.127,47
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4	12.733.540,47	25.206.669,39	9.261.856,30
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		38.771,74	38.771,74	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	24	(34.419.091,74)	(66.105.992,52)	(31.362.873,23)
Operações de Captação no Mercado		(24.909.832,71)	(45.829.694,22)	(16.149.317,67)
Operações de Empréstimos e Repasses		(5.484.866,51)	(12.277.309,02)	(3.990.982,31)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(4.024.392,52)	(7.998.989,28)	(11.222.573,25)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		17.726.422,99	30.340.613,44	29.747.110,54
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(11.698.263,00)	(22.503.405,70)	(17.869.387,38)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	8.159.390,12	16.551.834,38	16.908.513,92
Rendas de Tarifas	26	7.221.414,53	12.536.618,97	10.698.947,92
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(12.381.425,10)	(24.248.759,37)	(21.817.023,00)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(13.087.540,92)	(26.079.435,14)	(23.433.344,42)
Dispêndios e Despesas Tributárias	29	(1.184.036,94)	(2.438.391,42)	(2.244.931,47)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	1.857.314,11	4.746.517,55	3.761.707,87
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(2.283.378,80)	(3.571.790,67)	(1.743.258,20)
PROVISÕES	32	(272.400,56)	(672.437,92)	(713.562,87)
Provisões/Reversões para Contingências		(192.133,50)	(538.559,95)	(468.173,51)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(80.267,06)	(133.877,97)	(245.389,36)
RESULTADO OPERACIONAL		5.755.759,43	7.164.769,82	11.164.160,29
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33	(26.585,22)	(14.322,23)	(65.239,68)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		5.729.174,21	7.150.447,59	11.098.920,61
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(465.629,44)	(705.942,82)	(514.270,30)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(286.501,09)	(431.101,71)	(293.790,80)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(179.128,35)	(274.841,11)	(220.479,50)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		-	(623.533,03)	(209.982,98)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO		5.263.544,77	5.820.971,74	10.374.667,33
JUROS AO CAPITAL		(3.074.247,17)	(885.365,53)	
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		2.746.724,57	9.489.301,80	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. SICOOB NOSSACOOP
SICOOB NOSSACOOP
CNPJ: 01.760.242/0001-46
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL			5.263.544,77	5.820.971,74
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE			5.263.544,77	5.820.971,74

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. SICOOB NOSSACOOP
SICOOB NOSSACOOP
CNPJ: 01.760.242/0001-46

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		5.729.174,21	7.150.447,59	11.098.920,61
Distribuição de Sobras e Dividendos		(848.226,10)	(252.388,87)	
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		4.024.392,52	7.998.989,28	11.222.573,25
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		80.267,06	133.877,97	245.389,36
Provisões/Reversões Não Operacionais			58.032,00	
Provisões/Reversões para Contingências		192.133,50	538.559,95	468.173,51
Atualização de Depósitos em Garantia		(174.423,12)	(174.423,12)	(41.000,00)
Depreciações e Amortizações		1.066.875,78	2.309.041,53	2.128.897,56
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		10.918.419,95	17.166.299,10	24.870.565,42
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(1.166.580,31)	(1.166.580,31)	
Títulos e Valores Mobiliários		(1.029.642,44)	(3.526.493,13)	(3.058.200,99)
Operações de Crédito		(58.949.464,57)	(67.987.784,64)	(104.449.405,41)
Outros Ativos Financeiros		(942.747,93)	(2.414.492,13)	(2.287.820,42)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(187.782,07)	(187.782,07)	7.774,41
Outros Ativos		(471.844,10)	(1.389.121,49)	(417.576,17)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		34.712.329,26	24.363.700,56	25.081.038,08
Depósitos a Prazo		(5.158.401,33)	23.205.237,76	26.842.136,61
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		9.468.464,13	9.468.464,13	-
Relações Interfinanceiras		3.563.566,47	4.288.119,53	
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(9.021.107,73)	(16.181.207,30)	55.282.609,20
Outros Passivos Financeiros		121.121,60	(5.672.420,69)	5.707.338,68
Provisões		9.231,05	(202.146,44)	(393.620,19)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		396.093,21	167.619,30	366.475,86
Outros Passivos		(7.601.020,37)	(3.333.676,99)	625.263,49
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES				(143.788,15)
FATES - Atos Cooperativos		(397.717,96)	(397.717,96)	(948.930,18)
Outras Destinações			(251.069,82)	
Imposto de Renda Pago		(332.253,49)	(486.045,45)	(238.847,06)
Contribuição Social Pago		(211.082,48)	(328.180,18)	(167.140,43)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(26.280.419,11)	(24.865.278,04)	26.677.872,75
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos			848.226,10	163.990,11
Distribuição de Sobras da Central Recebidos				88.398,76
Aquisição de Intangível			(58.161,88)	(70.095,54)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.204.159,65)	(4.501.718,03)	(4.522.075,14)
Aquisição de Investimentos		(17.335,18)	(17.335,18)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(2.221.494,83)	(3.728.988,99)	(4.339.781,81)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		1.833.352,73	4.400.310,12	2.543.984,61
Devolução de Capital à Cooperados		(1.909.413,16)	(2.752.155,38)	(2.988.324,60)
Estorno de Capital		(19.687,37)	(21.747,37)	(105.520,43)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago			(266.380,19)	(686.034,77)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.981.472,32	2.981.472,32	862.221,84
Aumento no capital por incorporações		1.869.962,54	1.869.962,54	-
Aumento nas reservas por incorporações		941.533,73	941.533,73	38.197,37
Reversão/Realização de Fundos		1.230.455,02	1.230.455,02	-
Outros Eventos/Reservas		78.120,08	78.120,08	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		7.005.795,89	8.461.570,87	(335.475,98)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(21.496.118,05)	(20.132.696,16)	22.002.614,96
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		194.972.236,04	193.608.814,15	171.606.199,19
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	173.476.117,99	173.476.117,99	193.608.814,15
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(21.496.118,05)	(20.132.696,16)	22.002.614,96

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. SICOOB NOSSACOOP

SICOOB NOSSACOOP

CNPJ: 01.760.242/0001-46

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020	28.225.391,23	-657.035,57	15.432.527,03	0,00	6.424.847,38	49.425.730,07
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Ao FATES						
	0,00	0,00	0,00	0,00	-143.788,15	-143.788,15
Constituição de Reservas						
	0,00	0,00	1.800.000,00	2.000.000,00	-3.800.000,00	0,00
Distribuição de sobras para associados						
	1.795.024,46	0,00	0,00	0,00	-2.481.059,23	-686.034,77
Constituição de reservas por Incorporações						
	0,00	0,00	38.197,37	0,00	0,00	38.197,37
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização						
	2.447.022,77	96.961,84	0,00	0,00	0,00	2.543.984,61
Por Devolução (-)						
	-2.988.324,60	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.988.324,60
Estorno de Capital						
	-105.520,43	0,00	0,00	0,00	0,00	-105.520,43
Reversão/Realização de Reservas						
	0,00	0,00	0,00	-2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.374.667,33
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio						
	0,00	0,00	0,00	0,00	-885.365,53	-885.365,53
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido						
	862.221,84	0,00	0,00	0,00	0,00	862.221,84
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva						
	0,00	0,00	4.744.650,90	0,00	-4.744.650,90	0,00
FATES - Atos Cooperativos						
	0,00	0,00	0,00	0,00	-948.930,18	-948.930,18
Saldos em 31/12/2021	30.235.815,27	-560.073,73	22.015.3			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. SICOOB NOSSACOOP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. – SICOOB NOSSACOOP, doravante denominado SICOOB NOSSACOOP, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 14/11/1996, filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB NOSSACOOP, sediado à RUA ARTUR ITABIRANO, Nº 251, SÃO JOSÉ, BELO HORIZONTE - MG, possui 37 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BELO HORIZONTE - MG, MONTES CLAROS - MG, BARBACENA - MG, DIAMANTINA - MG, SÃO JOSÉ DA LAPA - MG, IBIRITÉ - MG, MARIANA - MG, SÃO JOÃO DEL REI - MG, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CONTAGEM - MG, BETIM - MG, SABARÁ - MG, OURO PRETO - MG, CARANDÁI - MG, SANTOS DUMONT - MG, JUIZ DE FORA - MG, SÃO JOAQUIM DE BICAS - MG, PEDRO LEOPOLDO - MG, CAPELA NOVA - MG, RAPOSOS - MG, CONSELHEIRO LAFAIETE - MG, CARANAÍBA - MG, RIO ACIMA - MG.

O SICOOB NOSSACOOP tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Situação Especial

Em 2022, o SICOOB NOSSACOOP, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento dos Ativos e a ampliação de sua área de ação, garantindo um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DA UFMG LTDA - COOPECREMT-UFMG, devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 2022 e homologada pelo Banco Central do Brasil - BCB conforme processo nº 0000209492. Demonstram-se abaixo os incrementos patrimoniais mais significativos, data de 01/08/2022:

BALANÇO PATRIMONIAL INCORPORADA COOPECREMT

ATIVO

DISPONIBILIDADES

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Operações de Crédito
(-) Operações de Crédito

01/08/2022

50.996,91

3.405.080,09

1.127.808,57

2.945.584,18

(668.312,66)

OUTROS ATIVOS

13.615,67

INVESTIMENTOS

17.335,18

IMOBILIZADO DE USO

31.986,11

TOTAL DO ATIVO

3.519.013,96

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.004,64

OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

347,59

OUTROS PASSIVOS

701.165,46

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2.811.496,27

CAPITAL SOCIAL

1.869.962,54

RESERVAS DE SOBRAS

941.533,73

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

3.519.013,96



2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.



A aprovação das demonstrações financeiras aqui apresentadas foi concedida pela Administração em **30/01/2023**.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;
- ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

- a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
- b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 40.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de



emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A SICOOB NOSSACOOP contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionaisizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.



f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

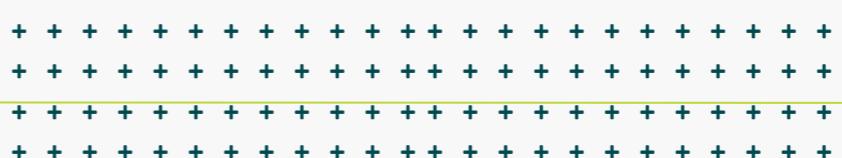
São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.





O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB NOSSACOOP opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	7.979.413,16	6.986.661,52
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	165.496.704,83	186.622.152,63
TOTAL	173.476.117,99	193.608.814,15

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira	12.733.540,47	25.206.669,39	9.261.856,30

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Aplicações em Depósitos de Poupança (a)	1.166.580,31	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.166.580,31	0,00	0,00	0,00

a) Referem-se às aplicações em Depósitos de Poupança no Banco do Brasil com remuneração de 0,0782% a.m.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	38.771,74	38.771,74	0,00



6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação Em Cooperativa Central De Crédito	0,00	6.323.552,13	0,00	0,00
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito	0,00	10.820.425,50	0,00	0,00
TOTAL (a)	0,00	17.143.977,63	0,00	0,00

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	133.931.703,48	280.161.479,25	414.093.182,73	102.082.975,25	243.349.794,06	345.432.769,31
Financiamentos	21.012.556,33	30.144.456,33	51.157.012,66	21.507.945,65	42.120.575,91	63.628.521,56
Financiamentos Rurais	3.747.770,23	2.831.543,70	6.579.313,93	0,00	0,00	0,00
Total de Operações de Crédito	158.692.030,04	313.137.479,28	471.829.509,32	123.590.920,90	285.470.369,97	409.061.290,87
(-) Provisões para Operações de Crédito	(8.222.657,67)	(8.256.446,51)	(16.479.104,18)	(6.207.379,66)	(8.722.613,63)	(14.929.993,29)
TOTAL	150.469.372,37	304.881.032,77	455.350.405,14	117.383.541,24	276.747.756,34	394.131.297,58



b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA - Normal	34.556.211,94	1.069.592,51	608.101,03	36.233.905,48	0,00	39.185.866,65	0,00
A 0,5%	149.264.866,93	13.247.977,07	1.061.937,0	163.574.781,03	(817.874,08)	171.209.297,55	(856.046,56)
B 1%	91.941.010,12	15.262.329,77	4.909.275,87	112.112.615,76	(1.121.126,33)	95.626.845,58	(956.268,53)
B 1% Vencidas	1.107.733,46	0,00	0,00	1.107.733,46	(11.077,49)	700.924,46	(7.009,30)
C 3%	93.834.145,94	17.183.263,50	0,00	111.017.409,44	(3.330.522,44)	66.927.375,64	(2.007.821,33)
C 3% Vencidas	10.902.266,48	1.201.851,75	0,00	12.104.118,23	(363.123,71)	2.922.143,90	(87.664,38)
D 10%	15.417.740,41	961.454,65	0,00	16.379.195,06	(1.637.919,67)	10.415.502,43	(1.041.550,30)
D 10% Vencidas	3.377.137,66	118.870,20	0,00	3.496.007,86	(349.600,95)	2.044.548,54	(204.454,91)
E 30%	3.360.853,70	543.738,3	0,00	3.904.592,08	(1.171.377,78)	10.049.647,30	(3.014.894,25)
E 30% Vencidas	2.324.172,79	208.896,58	0,00	2.533.069,37	(759.920,97)	1.568.274,95	(470.482,55)
F 50%	940.197,70	69.592,91	0,00	1.009.790,61	(504.895,47)	2.453.987,36	(1.226.993,74)
F 50% Vencidas	2.318.840,35	440.234,32	0,00	2.759.074,67	(1.379.537,50)	748.993,61	(374.496,87)
G 70%	205.036,93	0,00	0,00	205.036,93	(143.526,01)	341.421,84	(238.995,35)
G 70% Vencidas	1.665.577,16	13.015,21	0,0	1.678.592,37	(1.175.014,81)	1.410.486,13	(987.340,29)
H 100%	39.770,22	26.390,44	0,00	66.160,66	(66.160,66)	778.515,84	(778.515,84)
H 100% Vencidas	2.837.620,94	809.805,37	0,00	3.647.426,31	(3.647.426,31)	2.677.459,0	(2.677.459,09)
Total Normal	389.559.833,89	48.364.339,23	6.579.313,93	444.503.487,05	(8.793.402,44)	396.988.460,19	(10.121.085,90)
Total Vencidos	24.533.348,84	2.792.673,43	0,00	27.326.022,27	(7.685.701,74)	12.072.830,68	(4.808.907,39)
Total Geral	414.093.182,73	51.157.012,66	6.579.313,93	471.829.509,32	(16.479.104,18)	409.061.290,87	(14.929.993,29)
Provisões	(14.220.242,06)	(2.204.459,67)	(54.402,45)	(16.479.104,18)			(14.929.993,29)
Total Líquido	399.872.940,67	48.952.552,99	6.524.911,48	455.350.405,14			394.131.297,58

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	60.766.665,50	73.165.037,98	280.161.479,25	414.093.182,73
Financiamentos	5.880.167,66	15.132.388,67	30.144.456,33	51.157.012,66
Financiamentos Rurais	20.388,99	3.727.381,24	2.831.543,70	6.579.313,93
TOTAL	66.667.222,15	92.024.807,89	313.137.479,28	471.829.509,32

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	23.428.881,90	170.210,59	0,00	23.599.092,49	5,00%
Setor Privado - Indústria	8.710.373,05	707.393,93	0,00	9.417.766,98	2,00%
Setor Privado - Serviços	196.268.973,29	44.461.014,98	0,00	240.729.988,27	51,02%
Pessoa Física	185.669.570,09	5.818.393,16	6.579.313,93	198.067.277,18	41,98%
Outros	15.384,40	0,00	0,00	15.384,40	0,00%
TOTAL	414.093.182,73	51.157.012,66	6.579.313,93	471.829.509,32	100,00%





e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito :

Descrição	31/12/22	31/12/21
Saldo inicial	14.929.993,29	11.365.436,93
Constituições/ Reversões no período	9.885.985,06	10.716.499,64
Transferência para prejuízo no período	-8.336.874,17	-7.151.943,28
Saldo Final	16.479.104,18	14.929.993,29

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	8.982.039,48	1,90%	8.853.781,76	2,16%
10 Maiores Devedores	58.319.248,25	12,34%	52.398.473,90	12,81%
50 Maiores Devedores	152.801.746,32	32,33%	119.981.194,78	29,32%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/22	31/12/21
Saldo inicial	13.761.287,34	7.880.453,33
Valor das operações transferidas no período	8.336.874,17	7.435.953,10
Valor das operações recuperadas no período	-2.122.994,61	-1.201.167,66
Valor das operações renegociadas no período	-10.990,24	-82.442,22
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-493.608,21	-271.509,21
Saldo Final	19.470.568,45	13.761.287,34

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	1.526.904,37	0,00	546.377,71	0,00
Rendas a Receber (b)	2.417.564,93	0,00	2.011.012,43	0,00
Títulos e Créditos a Receber (c)	714.885,47	0,00	393.761,70	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	0,00	2.817.038,27	10.059,15	2.480.624,76
TOTAL	4.659.354,77	2.817.038,27	2.961.210,99	2.480.624,76

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 39.912,63); Rendas de Cartões (R\$ 317.768,17); Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 2.018.897,03); e outros (R\$ 40.987,10);



(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados Valores a Receber de Tarifas;

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R\$ 465.380,02); e Cofins (R\$ 2.351.658,25).

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativias a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(1.084.253,41)	0,00	(408.298,99)	0,00
TOTAL	(1.084.253,41)	0,00	(408.298,99)	0,00

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
E 30%	Normal	0,00	0,00	0,00	81.634,97 (24.490,49)
E 30%	Vencidas	268.551,48	268.551,48 (80.565,47)	36.417,49	(10.925,26)
F 50%	Vencidas	265.496,08	265.496,08 (132.748,08)	56.615,01	(28.307,52)
G 70%	Normal	0,00	0,00	0,00	17.304,93 (12.113,46)
G 70%	Vencidas	406.389,97	406.389,97 (284.473,02)	73.143,50	(51.200,45)
H 100%	Normal	0,00	0,00	0,00	11.967,51 (11.967,51)
H 100%	Vencidas	586.466,84	586.466,84 (586.466,84)	269.294,30	(269.294,30)
Total Normal		0,00	0,00	110.907,41	(48.571,46)
Total Vencidos		1.526.904,37	1.526.904,37 (1.084.253,41)	435.470,30	(359.727,53)
Total Geral		1.526.904,37	1.526.904,37 (1.084.253,41)	546.377,71	(408.298,99)
Provisões		(1.084.253,41)	(1.084.253,41)	(408.298,99)	
Total Líquido		442.650,96	442.650,96	138.078,72	

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	369.853,96	0,00	182.071,89	0,00
TOTAL	369.853,96	0,00	182.071,89	0,00

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Anticipações Salariais	76.632,22	0,00	56.060,57	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	442.220,34	0,00	16.910,08	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	74.626,22	0,00	0,00	0,00
Devedores Diversos – País (a)	287.364,57	0,00	42.451,58	0,00
Material em Estoque	316.865,06	0,00	355.241,00	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	819.383,59	262.648,00	239.680,80	0,00
-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	(58.032,00)	0,00	0,00	0,00
Despesas Antecipadas (d)	537.377,66	0,00	717.652,14	0,00
TOTAL	2.496.437,66	262.648,00	1.427.996,17	0,00

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ R\$ 174.370,05); Seguros Contratados a Receber (R\$ 183,42); Pendências a Regularizar – Banco Sicoob (R\$ 19,15); e outros (R\$ 112.791,95);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos".

(d) Registraram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	0,00	4.864.995,98
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (a)	0,00	8.752.488,52
Outros Investimentos	17.335,18	0,00
TOTAL	17.335,18	13.617.484,50

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1º/7/2022.

12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso (a)		1.443.479,68	0,00
Edificações	4%	1.377.515,33	1.377.515,33
Instalações	10%	1.878.682,95	1.701.931,57
Móveis e equipamentos de Uso	10%	5.823.815,07	5.192.300,68
Sistema de Comunicação	20%	5.421,17	5.421,17
Sistema de Processamento de Dados	20%	3.754.504,87	3.189.033,33
Sistema de Segurança	10%	891.749,17	759.965,04
Sistema de Transporte	20%	114.486,80	365.676,80
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		10.312.115,66	8.140.922,32
Total de Imobilizado de Uso		25.601.770,70	20.732.766,24
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(303.591,56)	(248.491,04)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.159.783,16)	(819.962,11)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(5.266.910,74)	(3.787.023,95)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(103.992,00)	(132.343,08)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(2.008.594,05)	(1.308.274,65)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(8.842.871,51)	(6.296.094,83)
TOTAL		16.758.899,19	14.436.671,41

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados	20%	396.073,48	339.010,99
Sistemas De Comunicação E De Segurança	20%	265.866,06	265.866,06
Licenças E Direitos Autorais E De Uso		428.874,01	428.874,01
Intangível		1.090.813,55	1.033.751,06
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(770.860,14)	(642.408,25)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(770.860,14)	(642.408,25)
TOTAL		319.953,41	391.342,81



14. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	125.444.338,94	0,00	101.080.638,38	0,00
Depósito a Prazo (b)	378.611.640,49	12.405,87	355.395.089,39	23.719,21
TOTAL	504.055.979,43	12.405,87	456.475.727,77	23.719,21

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas apropriar registradas em conta reduto da de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captacão no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	21.870.085,95	4,32%	30.236.093,71	6,59%
10 Maiores Depositantes	106.594.473,26	21,03%	120.339.105,32	26,22%
50 Maiores Depositantes	200.113.936,45	39,49%	206.798.644,05	45,07%

d) Despesas com operações de captação de mercado;

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos a Prazo	(24.335.104,42)	(44.902.200,66)	(15.510.784,20)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(5.569,23)	(5.569,23)	0,00
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(204.493,17)	(204.493,17)	0,00
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(364.665,89)	(717.431,16)	(638.533,47)
TOTAL	(24.909.832,71)	(45.829.694,22)	(16.149.317,67)

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	9.052.355,35	0,00	0,00	0,00
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	5.196,47	410.912,31	0,00	0,00
TOTAL	9.057.551,82	410.912,31	0,00	0,00

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.



16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	2.594.294,78	1.693.824,75	0,00	0,00
TOTAL	2.594.294,78	1.693.824,75	0,00	0,00

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 9,20% ao ano, com vencimento até 07/04/2027.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses

Instituições	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	61.194.709,83	12.238.941,97	65.524.310,65	24.090.548,45
TOTAL	61.194.709,83	12.238.941,97	65.524.310,65	24.090.548,45

As taxas de juros praticadas nas operações de empréstimo com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 104% CDI, com vencimento em 26/02/2024.

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(127.241,94)	(151.795,00)	0,00
Cooperativa Central	(5.357.624,57)	(12.125.514,02)	(3.990.982,31)
TOTAL	(5.484.866,51)	(12.277.309,02)	(3.990.982,31)

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	610.156,52	0,00	6.213.715,12	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	161.416,28	0,00	237.568,00	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	230.653,72	0,00	223.364,09	0,00
TOTAL	1.002.226,52	0,00	6.674.647,21	0,00



(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio Saneamento (R\$ 21,30); Ordens de Pagamento (R\$ 610.000,00); e outros (R\$ 135,22);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 227.565,52); e outros (R\$ 3.088,20).

18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	530.929,76	23.300,12	405.453,38	14.898,53
Provisão Para Contingências (b)	0,00	2.817.038,27	0,00	2.480.624,76
TOTAL	530.929,76	2.840.338,39	405.453,38	2.495.523,29

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Coobrigações Prestadas	22.801.345,24		17.861.673,75	
TOTAL	22.801.345,24		17.861.673,75	

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	465.380,02	465.380,02	409.905,56	409.905,56
COFINS	2.351.658,25	2.351.658,25	2.070.719,20	2.070.719,20
Outras Contingências	0,00	0,00	0,00	10.059,15
TOTAL	2.817.038,27	2.817.038,27	2.480.624,76	2.490.683,91



Segundo a assessoria jurídica do SICOOB NOSSACOOP, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 449.238,76. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	0,00	0,00	108.282,81	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	134.939,40	0,00	45.843,46	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	848.060,77	0,00	845.525,29	0,00
Outros	301.425,22	0,00	225.437,34	0,00
TOTAL	1.284.425,39	0,00	1.225.088,90	0,00

20. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	3.372.834,08	0,00	3.171.802,12	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	333.341,52	0,00	378.361,85	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	3.517.599,59	0,00	3.378.864,52	0,00
Credores Diversos - País (d)	1.567.686,87	0,00	1.498.330,36	0,00
TOTAL	8.791.462,06	0,00	8.427.358,85	0,00

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	2.914.215,68	0,00	2.222.871,94	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	458.618,40	0,00	948.930,18	0,00
TOTAL	3.372.834,08	0,00	3.171.802,12	0,00

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da



Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 2.935.187,33); Custos de Transações Interfinanceiras (R\$ 181.543,61); Seguro Prestamista (R\$ 75.879,20); Despesas com Cartões (R\$ 69.230,63); e outros (R\$ 255.758,82);

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$ 7.873,68); Valores a Repassar à Cooperativa Central (R\$ 25.369,10); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 4.990,80); Credores Diversos-Liquidão Cobrança (R\$ 871.753,76); e outros (R\$ 657.699,53).

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	37.631.854,48	29.675.741,54
Associados	26.821	20.078

Em 01/08/2022 houve um incremento no capital social no valor de R\$ 1.869.962,54, devido a implantação de saldo das contas da cooperativa 4035-coopecremt-ufmg, que foi incorporada pelo Sicoob Nossacoop.

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. Em 01/08/2022 houve um incremento do fundo de reserva no valor de R\$ 941.533,73, devido a implantação de saldo das contas da cooperativa 4035-coopecremt-ufmg, incorporada pelo Sicoob Nossacoop.

No período de 2022 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 78.120,08.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2022** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2021** da seguinte forma:

- Para Fundo de Reserva, no valor de R\$ 2.000.000,00;
- Para o FATES, no valor de R\$ 251.069,82;

- Para Reserva de Expansão, no valor de R\$ 1.800.000,00;
- Para os associados, no valor de R\$ 1.744.650,90.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	2.746.724,57	9.489.301,80
(-) Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	0,00	0,00
(+) Absorção de FATES	1.230.455,02	0,00
(-) Absorção Estatutária	0,00	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.977.179,59	9.489.301,80
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(2.386.307,75)	(4.744.650,90)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(397.717,96)	(948.930,18)
(-) Destinação para Outras Reservas	0,00	0,00
(+) Reversão/Realização de Reservas	1.800.000,00	2.000.000,00
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	0,00	0,00
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.993.153,88	5.795.720,72

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de **2022**, no montante de **R\$ 3.074.247,17**. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

22. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	8.782.479,69	8.690.823,53
Despesas específicas de atos não cooperativos	(2.517.423,78)	(2.646.109,64)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(3.074.764,43)	(3.822.945,51)
Resultado operacional	3.190.291,48	2.221.768,38
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(14.322,23)	(65.239,68)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.175.969,25	2.156.528,70
IRPJ/CSLL	(705.942,82)	(514.270,30)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16	(4.622.802,05)	(3.914.822,29)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(2.152.775,62)	(2.272.563,88)

23. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	156.095,27	245.832,48	160.178,98
Rendas de Empréstimos	32.771.792,04	59.055.650,25	42.579.183,53
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.088.855,83	2.064.695,53	2.347.496,46
Rendas de Financiamentos	3.685.226,45	7.327.866,10	5.465.610,97
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	143.766,57	156.713,09	394,53
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	77.009,77	88.616,31	0,00
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	666,60	666,60	0,00
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	1.449.789,99	2.261.124,47	1.295.263,00
TOTAL	39.373.202,52	71.201.164,83	51.848.127,47

24. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(24.909.832,71)	(45.829.694,22)	(16.149.317,67)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(5.484.866,51)	(12.277.309,02)	(3.990.982,31)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	5.489.332,20	8.592.562,89	6.756.396,45
Reversões de Provisões para Outros Créditos	114.802,74	189.055,53	86.282,44
Provisões para Operações de Crédito	(8.719.560,15)	(15.361.239,79)	(17.472.896,09)
Provisões para Outros Créditos	(908.967,31)	(1.419.367,91)	(592.356,05)
TOTAL	(34.419.091,74)	(66.105.992,52)	(31.362.873,23)

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	3.510.738,12	7.840.514,47	8.527.924,08
Rendas de Convênios	80.235,08	165.215,18	152.841,86
Rendas de Comissão	3.267.558,26	5.268.667,60	4.860.345,74
Rendas de Cartões	643.195,58	1.201.397,42	1.088.885,54
Rendas de Outros Serviços	657.663,08	2.076.039,71	2.278.516,70
TOTAL	8.159.390,12	16.551.834,38	16.908.513,92

26. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.027.302,22	1.896.436,92	1.332.955,79
Rendas de Serviços Prioritários - PF	161.229,29	335.477,11	344.627,42
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	785.735,22	1.190.797,02	1.502.428,13
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	5.247.147,80	9.113.907,92	7.518.936,58
TOTAL	7.221.414,53	12.536.618,97	10.698.947,92



27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(105.538,95)	(220.145,55)	(191.378,27)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.296.091,40)	(2.481.163,60)	(2.336.462,77)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.485.456,10)	(3.072.468,34)	(2.777.150,69)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.594.299,68)	(4.989.574,49)	(4.427.649,07)
Despesas de Pessoal - Proventos	(6.894.698,96)	(13.469.277,37)	(12.078.891,84)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(1.960,00)	(1.960,00)	(550,36)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(3.380,01)	(14.170,02)	(4.940,00)
TOTAL	(12.381.425,10)	(24.248.759,37)	(21.817.023,00)

28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(185.542,79)	(492.452,83)	(442.785,59)
Despesas de Aluguelis	(3.046.743,22)	(5.331.794,07)	(3.151.597,84)
Despesas de Comunicações	(606.200,33)	(1.214.626,94)	(1.088.624,16)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(523.605,01)	(674.696,48)	(337.927,83)
Despesas de Material	(94.183,48)	(240.992,59)	(306.496,34)
Despesas de Processamento de Dados	(1.291.896,32)	(3.111.691,80)	(2.881.283,41)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(154.223,51)	(167.481,21)	(412.904,75)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(43.847,50)	(157.152,03)	(284.242,15)
Despesas de Publicações	0,00	(13.262,00)	(34.638,00)
Despesas de Seguros	(230.930,38)	(656.912,76)	(991.860,23)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.402.750,96)	(4.946.144,94)	(5.366.808,18)
Despesas de Serviços de Terceiros	(884.567,42)	(1.633.172,92)	(1.329.989,95)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(595.858,00)	(1.293.918,94)	(1.191.645,54)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(469.088,82)	(971.793,87)	(794.065,33)
Despesas de Transporte	(166.540,86)	(534.155,24)	(660.894,90)
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	0,00	(21.024,00)
Despesas de Viagem no País	(64.843,13)	(103.311,94)	(76.487,60)
Despesas de Amortização	(71.407,24)	(129.551,28)	(109.839,51)
Despesas de Depreciação	(995.468,54)	(2.179.490,25)	(2.019.058,05)
Outras Despesas Administrativas	(1.259.843,41)	(2.226.833,05)	(1.931.171,06)
TOTAL	(13.087.540,92)	(26.079.435,14)	(23.433.344,42)

29. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(96.904,97)	(254.669,95)	(197.513,61)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(782.266,58)	(1.486.066,64)	(1.422.133,91)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(204.023,51)	(486.717,50)	(445.589,35)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(100.841,88)	(210.937,33)	(179.694,60)
TOTAL	(1.184.036,94)	(2.438.391,42)	(2.244.931,47)



30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	86.732,35	286.112,42	688.657,56
Dividendos	0,00	848.226,10	163.990,11
Distribuição de sobras da central	0,00	0,00	88.398,76
Atualização depósitos judiciais	174.423,12	174.423,12	41.000,00
Rendas de Repasses Interfinanceiros	23.815,56	23.815,56	22.993,76
Outras rendas operacionais	76.054,33	498.015,24	302.952,25
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	1.496.288,75	2.915.925,11	2.453.715,43
TOTAL	1.857.314,11	4.746.517,55	3.761.707,87

31. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(300,00)	(400,00)	(1.535,00)
Outras Despesas Operacionais	(575.681,06)	(792.210,67)	(956.810,75)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(592.539,41)	(945.780,14)	(602.422,13)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(62.925,57)	(259.912,59)	(152.366,72)
Perdas - Fraudes Externas	(326.245,67)	(326.245,67)	(27.283,60)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(147,28)	(147,28)	0,00
Perdas - Práticas Inadequadas	(16.209,30)	(16.209,30)	(2.840,00)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(295,00)	(295,00)	0,00
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(135,00)	(135,00)	0,00
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(708.900,51)	(1.230.455,02)	0,00
TOTAL	(2.283.378,80)	(3.571.790,67)	(1.743.258,20)

32. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	(192.133,50)	(538.559,95)	(468.173,51)
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	(17.710,38)	(233.437,62)	(467.370,11)
Provisões para Demandas Trabalhistas	0,00	(130.699,21)	0,00
Provisões para Contingências	(174.423,12)	(174.423,12)	(803,40)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(80.267,06)	(133.877,97)	(245.389,36)
Provisões para Garantias Prestadas	(404.252,24)	(745.557,19)	(554.202,57)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	323.985,18	611.679,22	308.813,21
TOTAL	(272.400,56)	(672.437,92)	(713.562,87)

33. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	0,00	0,00	107.505,63
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	0,00	108.490,90	0,00
Ganhos de Capital	18.506,12	38.539,18	75.007,74
(-) Prejuízos em Transações c om Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(27.496,66)	(27.496,66)	0,00
(-) Prejuízos na Alienação de Investimentos	(0,01)	(0,01)	0,00
(-) Prejuízos em Transações com Outros Valores De Bens	0,00	0,00	(77.867,55)
(-) Perdas de Capital	(14.804,92)	(15.288,73)	(44.066,03)
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	0,00	(58.032,00)	0,00
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(2.789,75)	(60.534,91)	(125.819,47)
TOTAL	(26.585,22)	(14.322,23)	(65.239,68)

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

35. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

35.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.012.100,02	0,1896%	4.462,24
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	567.509,11	0,1063%	33,02
TOTAL	1.579.609,13	0,2960%	4.495,26
Montante das Operações Passivas	7.511.770,65	1,7009%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022

Empréstimos e Financiamentos	0,2443%
Aplicações Financeiras	1,7006%



b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	26.048,10	195,45	0,8198%
Conta Garantida	4.446,06	22,23	0,0213%
Empréstimos	4.376.041,71	56.252,59	1,1448%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	74.907,96	0,0603%	0%
Depósitos a Prazo	5.085.908,14	1,3433%	1,1583%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	70.646,77	16,9780%	0,8458%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	1.271.854,44	14,0500%	0,9027%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	0,9078%	91,08
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	95,8217%	103,83
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,9155%	52,29
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,9361%	19,94

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	23.994,28
Empréstimos	12.494.366,83

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	273.678,21	183.656,02

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(279.916,41)	(539.851,97)	(529.257,80)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.296.091,40)	(2.481.163,60)	(2.336.462,77)
Plano de Saúde	(24.234,24)	(24.234,24)	0,00

35.2 Cooperativa Central

A SICOOB NOSSACOOP, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB NOSSACOOP responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	165.496.704,83	186.622.152,63
Ativo - Investimentos	0,00	4.864.995,98
Total das Operações Ativas	165.496.704,83	191.487.148,61
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	73.433.651,80	89.614.859,10
Total de Operações Passivas	73.433.651,80	89.614.859,10

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	12.733.540,47	25.206.669,39	9.261.856,30
Total das Receitas	12.733.540,47	25.206.669,39	9.261.856,30
Rateio de Despesas da Central	(219.597,29)	(493.451,30)	(596.430,10)
Total das Despesas	(219.597,29)	(493.451,30)	(596.430,10)

35.3 Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob

a) Saldos das transações da Cooperativa com o BANCO SICOOB:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Passivo - Obrigações por Repasses Interfinanceiros	4.288.119,53	0,00
Total de Operações Passivas	4.288.119,53	0,00

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	64.469.210,41	51.955.562,14
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	465.564.011,03	405.882.496,89
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	13,85	12,80
Imobilizado para cálculo do limite	16.776.234,37	14.436.671,41
Índice de imobilização (limite 50%) %	26,02	27,79

a) Em 31/12/2021 o índice mínimo era de 11% em razão da redação dada pela Resolução CMN 4.813/2020, e em 31/12/2022 voltou a ser de 12%.

37. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Previdência Privada	(52.573,39)	(82.513,39)	0,00
TOTAL	(52.573,39)	(82.513,39)	0,00

38. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

38.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.



38.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

38.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na *Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob*, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

38.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

39. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

40. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas espera das dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

GILMAR LIMA GUIMARÃES
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

FABIANO SOARES DOS SANTOS
DIRETOR COORDENADOR

BRUNO MOTA FERREIRA
DIRETOR DE NEGÓCIOS

ELAINE CRISTINA NETO
CONTADORA – CRC/MG 082.177/ O-0



PARECER DO CONSELHO FISCAL

4

CONSELHO FISCAL DO SICOOB NOSSACOOP - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE BELO HORIZONTE E CIDADES POLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

À

Assembleia Geral Ordinária,

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Belo Horizonte e Cidades Polo do Estado de Minas Gerais Ltda., realizou, durante o exercício de 2022, as reuniões, conforme estabelece seu Estatuto Social. Nesse período procedeu a verificação conforme os Demonstrativos Contábeis, documentos fornecidos pela Administração e demais documentos solicitados pelo presente Conselho; acompanhou os impactos das resoluções do Conselho de Administração por intermédio das atas lavradas e aprovadas por aquele Conselho, bem como o Monitoramento on-line implantado pela Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CECREMGE e os respectivos relatórios de auditoria.

No mencionado exercício, este Conselho propôs medidas e sugestões que julgou convenientes, oportunas e necessárias, e, ao final, em decorrência da gestão direcionada aos objetivos da Cooperativa e aos bons controles internos inerentes aos setores contábil e gerencial, viu por bem aprovar as Contas do Exercício de 2022. Por conseguinte, propõe aos Delegados presentes a aprovação das referidas contas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 04 de março de 2023.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2023.

Conselho Fiscal – Membros Efetivos

Carlos Henrique Fernandes Guerra

José Roberto de Souza Francisco

Mateus Rocha Menezes

Conselho Fiscal – Membros Suplentes

Gustavo Henrique Ferreira Dolisse

Marina Alves de Souza

Mônica Gonçalves Azeredo Torres



RELATÓRIO DA AUDITORIA

5



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Belo Horizonte e Cidades Polo do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB NOSSACOOP - CNPJ: 1760242 Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Belo Horizonte e Cidades Polo do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB NOSSACOOP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB NOSSACOOP em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 07 de fevereiro de 2023.

**Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG 69.261/O**





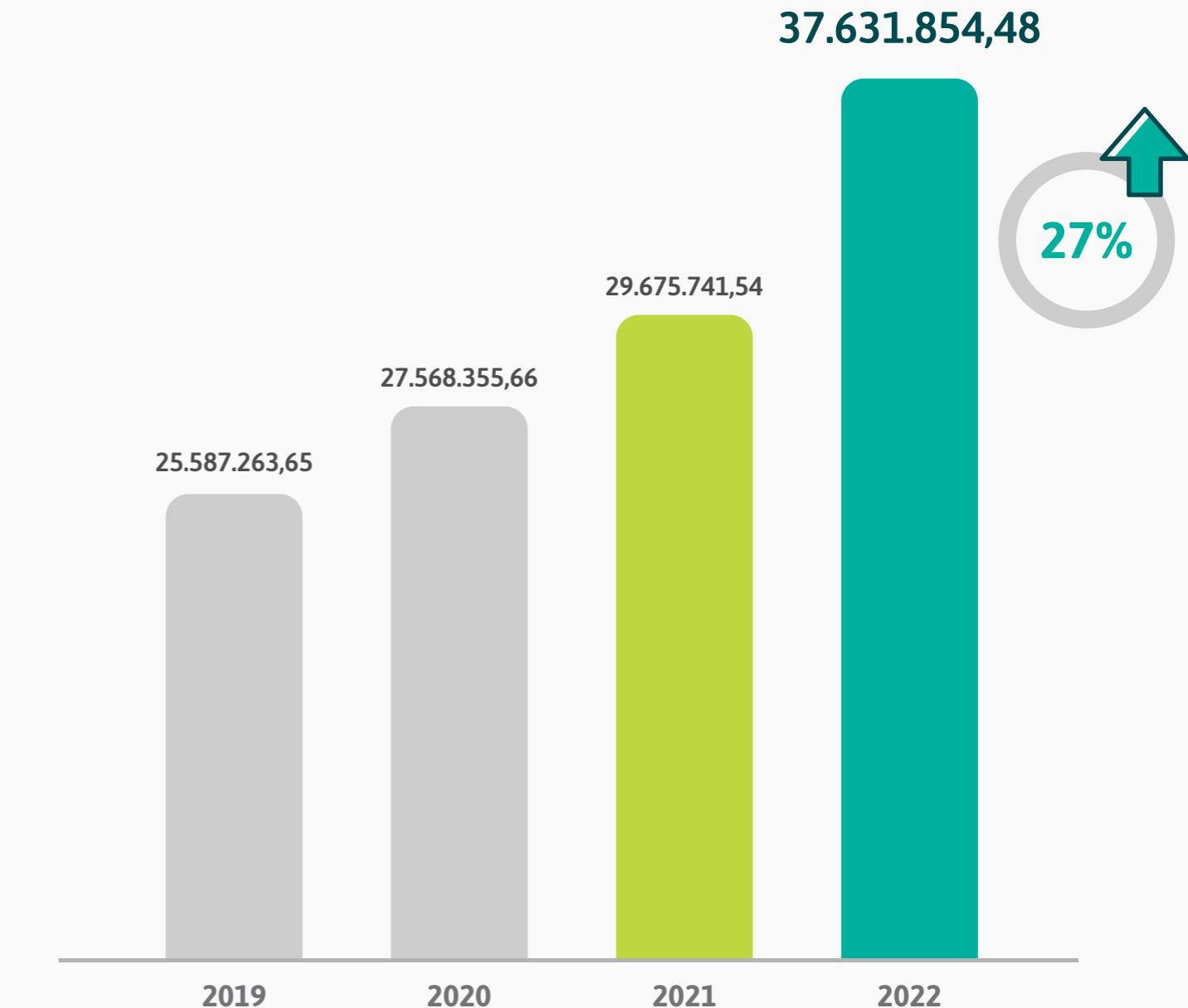
6

GRANDES NÚMEROS

- CAPITAL SOCIAL
- QUADRO SOCIAL E N° DE AGÊNCIAS
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- DEPÓSITOS TOTAIS
- ATIVOS TOTAIS
- FUNDO DE RESERVA LEGAL
- RECEITAS E DESPESAS
- RENDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

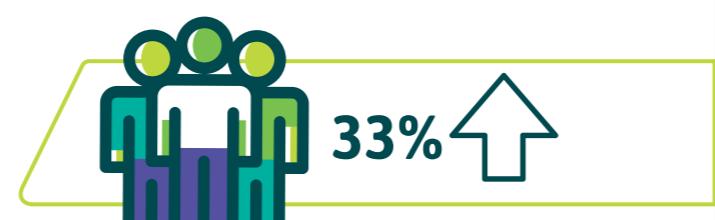


CAPITAL SOCIAL



O capital social é o conjunto de todas as cotas-partes dos associados na Cooperativa. O incremento do capital ocorre pela adesão de novos associados e novas subscrições avulsas para aumento do seu próprio capital e, automaticamente, o da Cooperativa.

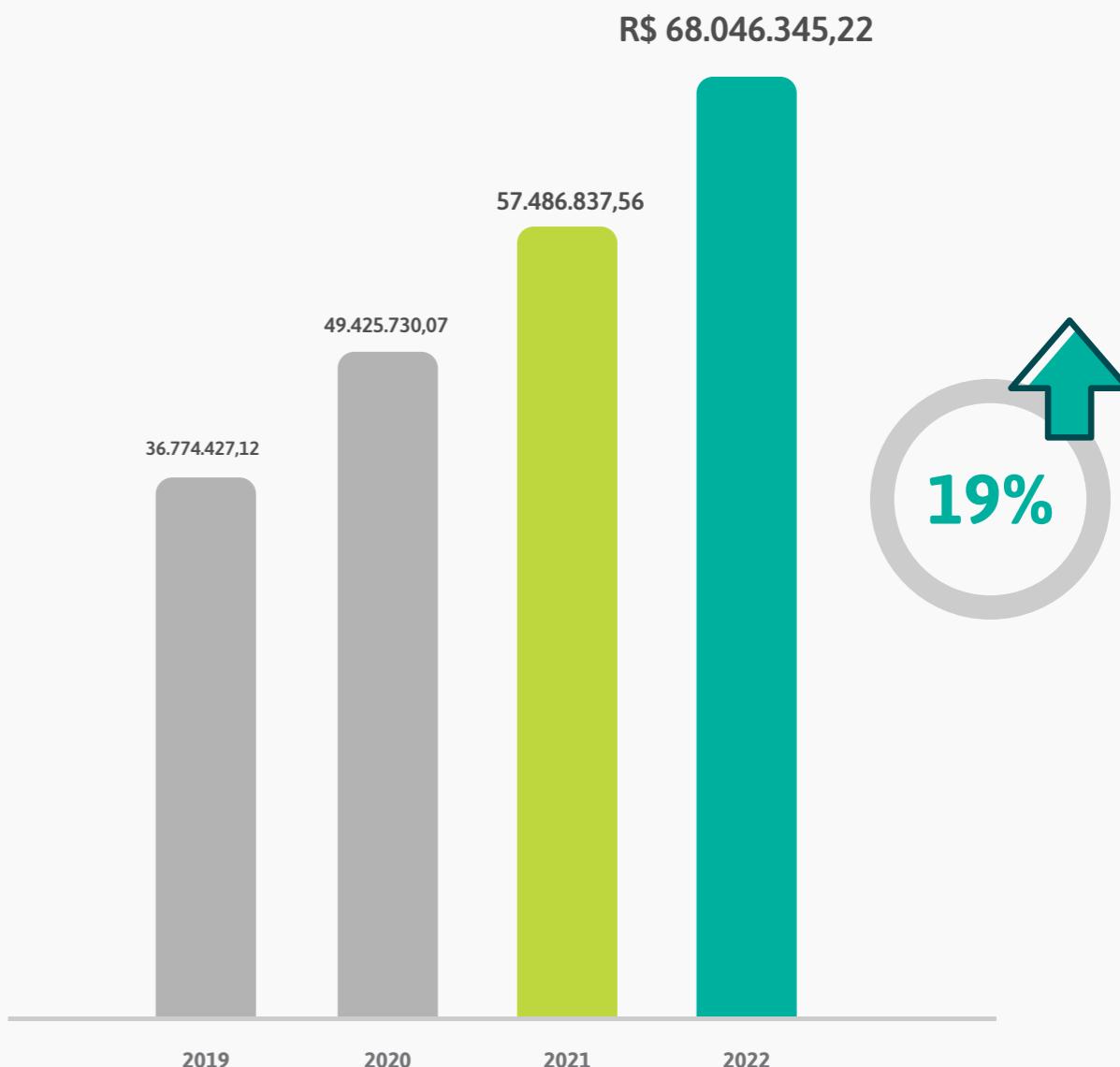
QUADRO SOCIAL



	NÚMERO DE COOPERADOS	
	PJ	PF
2019	2.205	14.438
2020	2.810	15.326
2021	3.583	16.495
2022	4.671	22.150

Total: 16.643, 18.136, 20.078, 26.821

PATRIMÔNIO LÍQUIDO



AGÊNCIAS



2019	24
2020	26
2021	30
2022	37

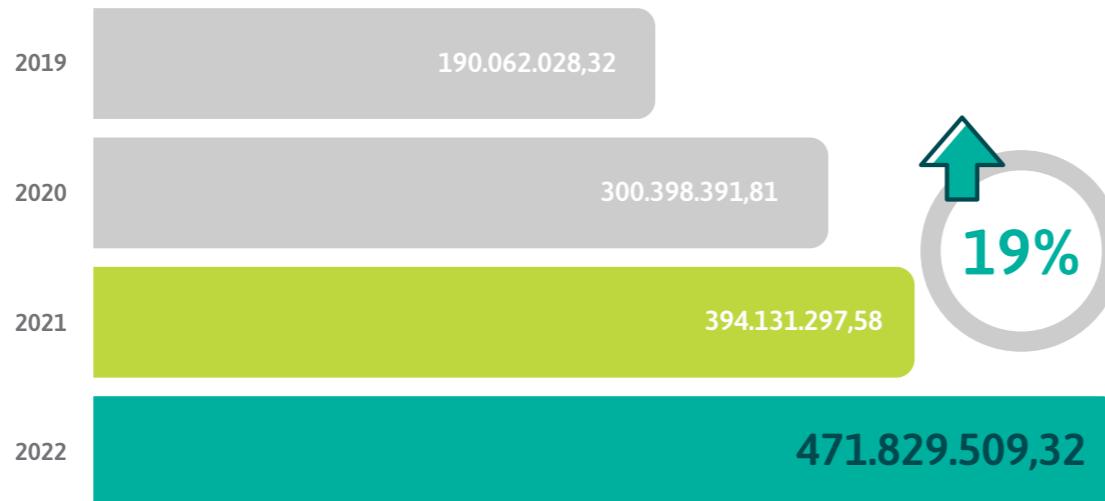
O patrimônio líquido é a diferença entre os bens e direitos menos as obrigações e deveres da Cooperativa. Nestes cálculos estão as riquezas geradas pelas movimentações realizadas dos cooperados no decorrer dos exercícios.



OPERAÇÕES DE CRÉDITO



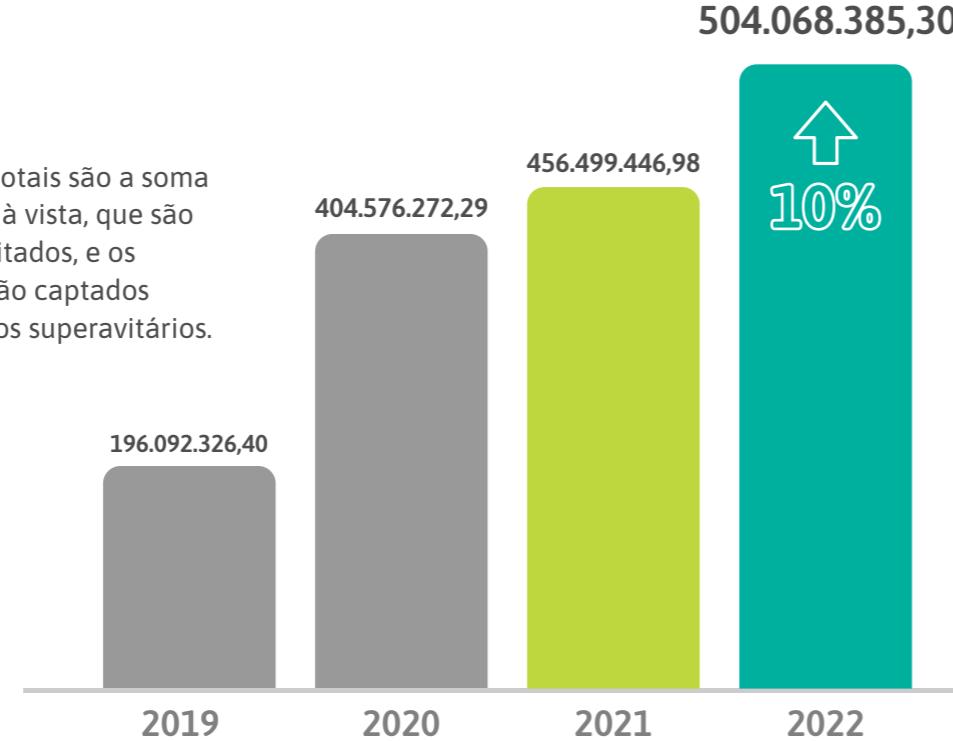
As operações de crédito são créditos disponibilizados aos cooperados deficitários tomadores de crédito, gerando assim operações de atos cooperativos (valores com provisões para perdas).



DEPÓSITOS TOTAIS



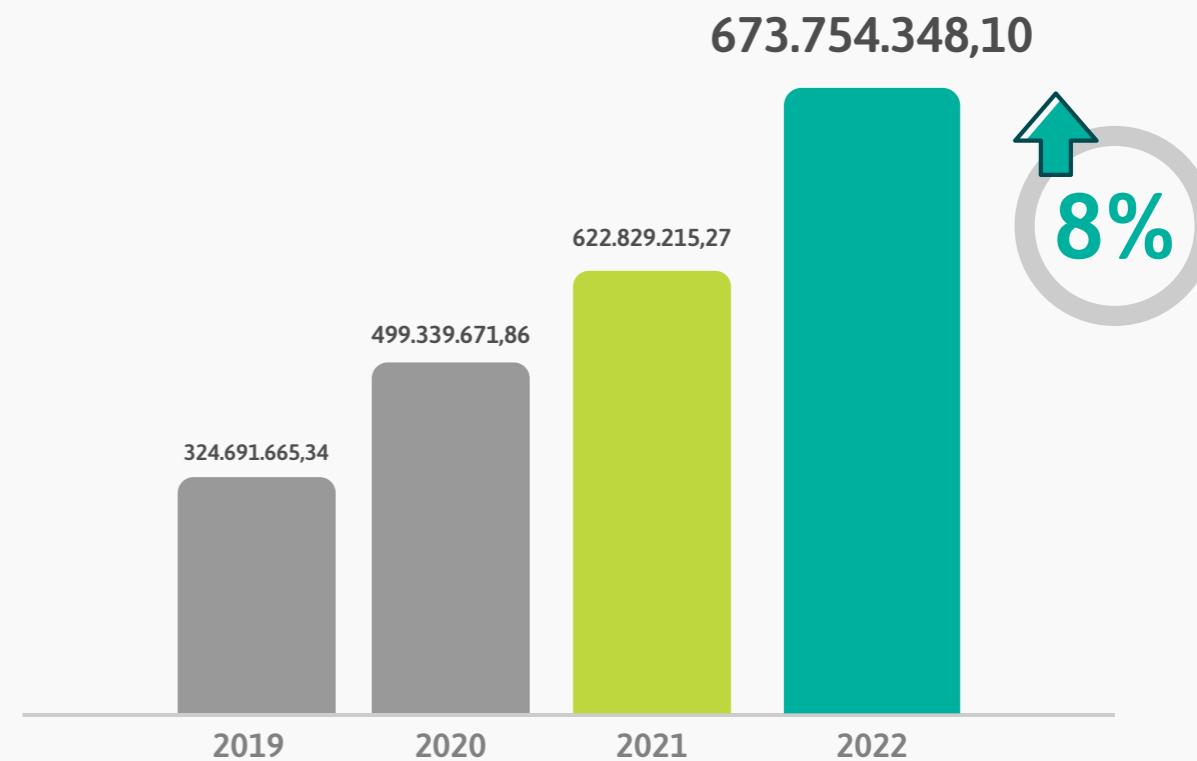
Os depósitos totais são a soma dos depósitos à vista, que são valores depositados, e os a prazo, que são captados dos cooperados superavitários.



ATIVOS TOTAIS



Os ativos totais são a soma dos bens e diretos acumulados em posse da Cooperativa, que representa seu crescimento ao longo da sua história.

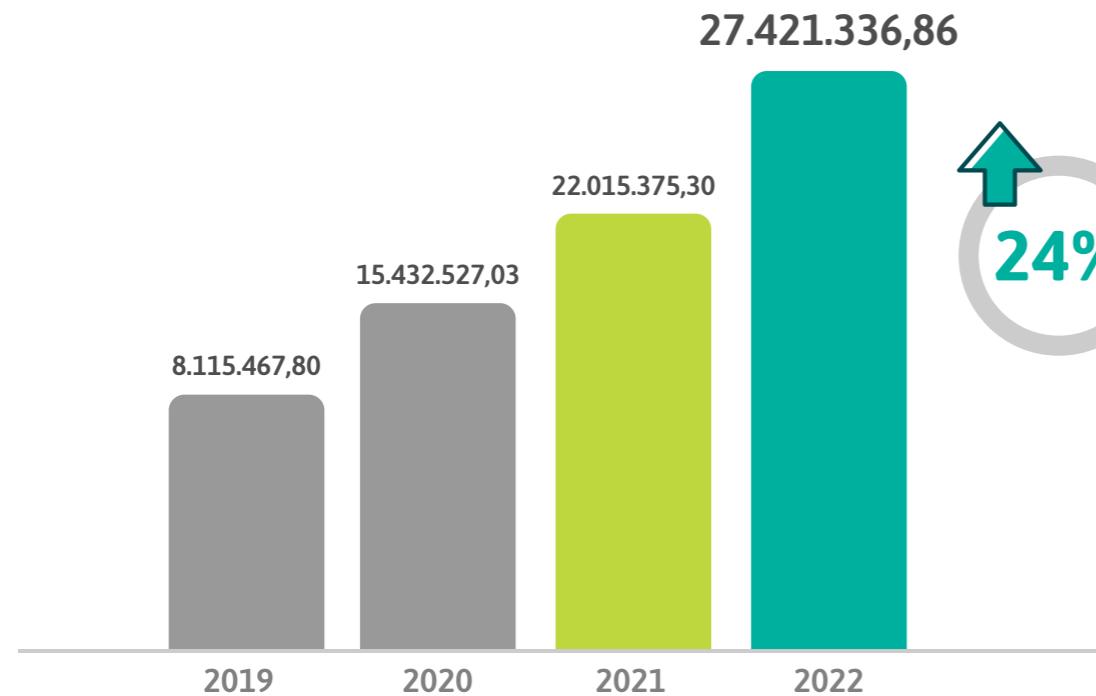




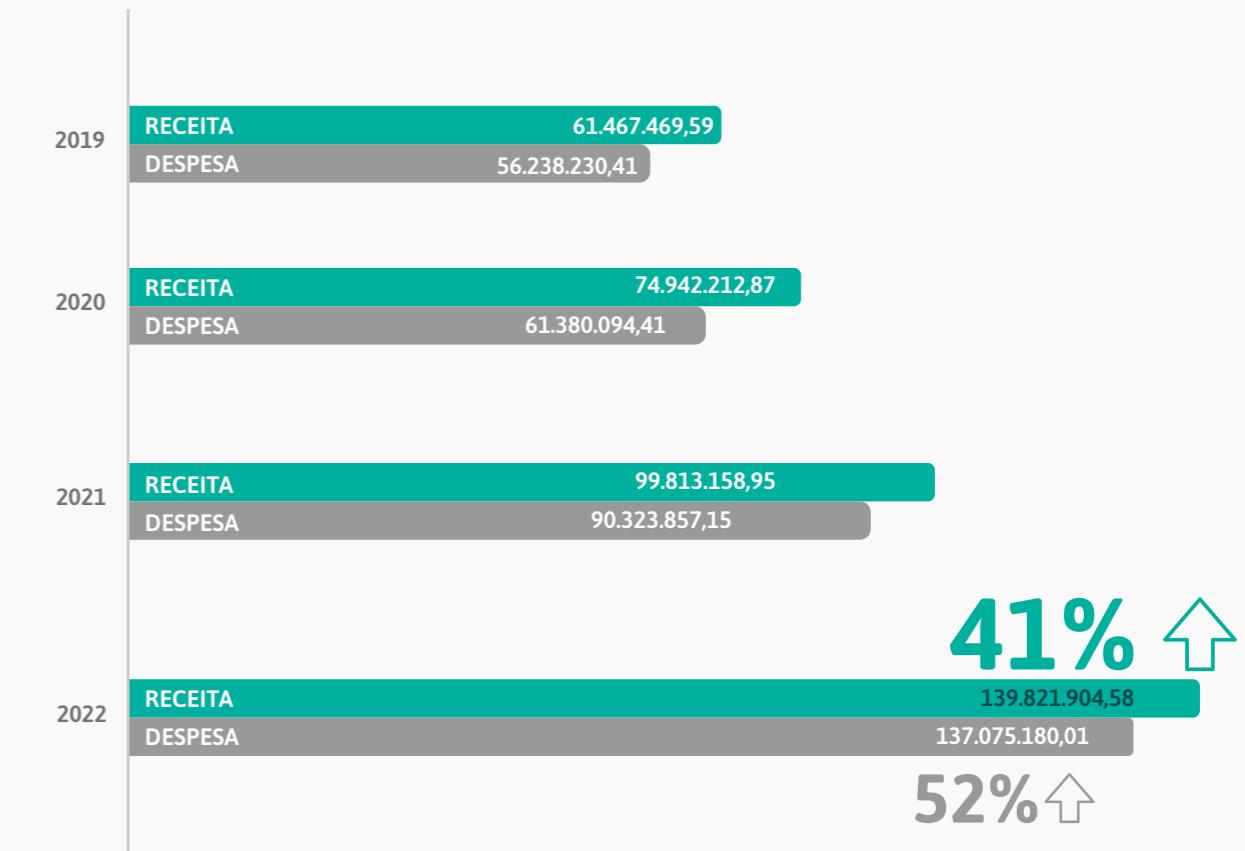
FUNDO DE RESERVA LEGAL



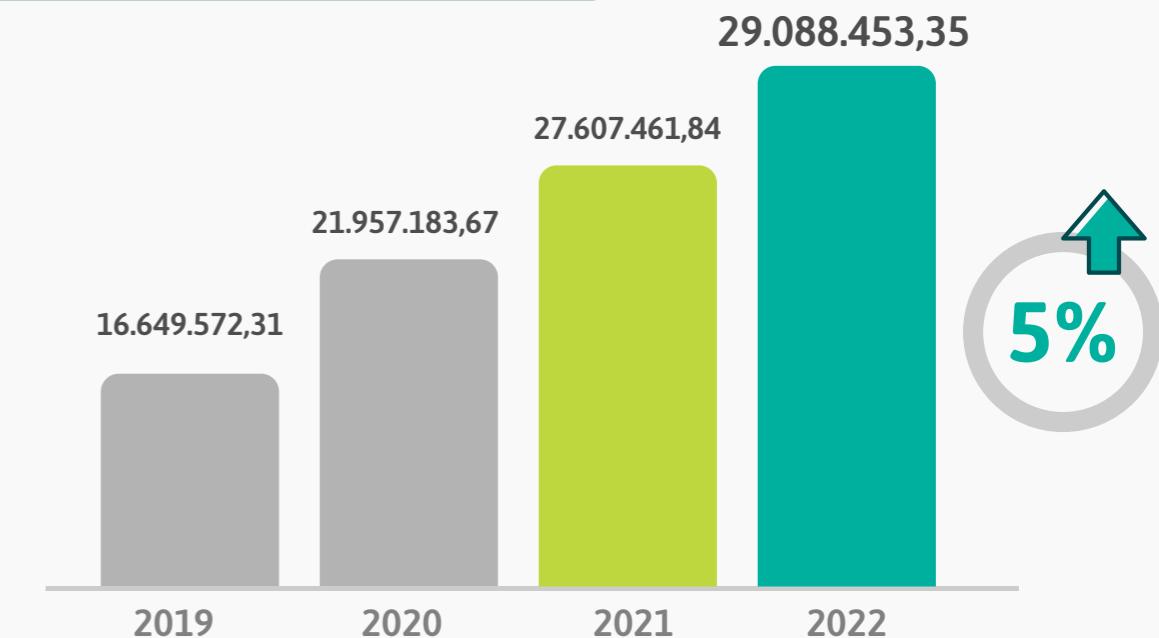
O Fundo de Reserva Legal se refere à destinação estatutária das Sobras, no percentual de 60%, utilizado para reparar perdas e no desenvolvimento de suas atividades.



RECEITAS E DESPESAS



RENDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS



NEGÓCIOS

CONHEÇA OS PRINCIPAIS
PRODUTOS E SERVIÇOS
QUE O SICOOB NOSSACOOP
DISPONIBILIZA PARA VOCÊ

7



PESSOA FÍSICA



CONTAS

Sua porta de acesso a um mundo de produtos e serviços financeiros modernos, econômicos e sob medida para suas necessidades. Além da Conta Corrente, o Sicoob também oferece a Conta Capital, para você aumentar sua participação nos resultados da Cooperativa.

CARTÕES

Tenha sempre à mão um cartão feito para você, com as melhores taxas do mercado, limites personalizados, programa de prêmios, um aplicativo exclusivo de gestão e vantagens especiais que só uma cooperativa do Sicoob pode oferecer.

CRÉDITO

Seja qual for a sua necessidade, aqui você encontra a solução. São opções de Financiamento, Crédito Automático, Crédito Consignado Digital, Crédito Pessoal, Crédito Imobiliário e muito mais, com excelentes taxas e um atendimento único. Compre seu carro, faça uma viagem, antecipe seu 13º e o que mais desejar.

INVESTIMENTOS

O Sicoob tem aplicações pensadas para cada perfil de investidor, que combinam rentabilidade, segurança e liquidez. São opções como Poupança, RDC (Recibo de Depósito Cooperativo), LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), LCI (Letra de Crédito Imobiliário), Fundos de Investimento, além de muitos outros.

PREVIDÊNCIA

Garanta um futuro tranquilo e promissor com um plano pensado para você que planeja se aposentar, empreender, estudar ou tirar aquele sonho do papel.

SEGUROS

No Sicoob você encontra Seguros de Vida, Seguro Auto, Seguro Residencial, entre outros. Tudo para você levar uma vida mais tranquila.

CONSÓRCIOS

Adquira sua casa, veículo, moto, bem ou serviço com um Consórcio do Sicoob. Vantagens e segurança garantidas.

SERVIÇOS

Facilidades: aqui tem de Débito Direto Autorizado a soluções de pagamentos instantâneos (SicoobPay). De cobrança bancária e saque sem cartão, a cartões de benefícios. E, para quem quer pagar e receber dinheiro de um jeito simples e rápido, tem o Pix. Aproveite.

SICOOB TAG

O Sicoob Tag é uma solução para passagem e pagamento automático, sem retenção do veículo. Com um adesivo veicular de pagamento automático, você torna mais prática e rápida a passagem por pedágios e estacionamentos em todo o Brasil.





PESSOA JURÍDICA



CONTAS

Tenha acesso a uma série de produtos e serviços, como Conta Salário, Conta Garantida com crédito pré-aprovado e Conta Capital, com suas cotas na cooperativa.

CARTÕES

Organize as despesas da sua empresa com o Sicoobcard nas bandeiras Mastercard, Visa e Cabal.

CRÉDITO

Capital de giro, antecipação de recebíveis, microcrédito, financiamento para crescer, comprar ou construir. O Sicoob é imbatível no crédito.

INVESTIMENTOS

Conheça nosso portfólio de aplicações, sempre com rentabilidade, segurança, liquidez e o atendimento único que ajuda você a encontrar a opção ideal para o seu perfil.

SEGUROS

Proteja seu patrimônio e garanta a sua tranquilidade e a de seus funcionários com os seguros Empresarial e Vida Empresarial.

CONSÓRCIOS

Programe a sua expansão ou aumente sua frota com os Consórcios do Sicoob.

SERVIÇOS

Soluções para facilitar o dia a dia do seu negócio: DDA, custódia de cheques, cobranças, plataforma Coopcerto com Cartões Benefícios para seus funcionários, soluções de câmbio para operações de comércio exterior, Pix e muito mais.

RECEBIMENTOS

São muitas formas de receber. Aqui você conta com o SicoobPay (nossa solução de pagamentos instantâneos), custódia de cheques, cobrança, comércio eletrônico, soluções de pagamentos da Sipag e muito mais.

PAGAMENTOS

Aqui você encontra a organização que precisa para os pagamentos da empresa. São soluções diversificadas, como Cartões Benefícios, débito automático, transferência e muito mais.



AGRONEGÓCIO

INVESTIMENTO

Para você que precisa ampliar, diversificar e modernizar sua produção, o Sicoob tem diversas linhas de crédito que se adequam ao perfil da sua propriedade. Financie tratores, máquinas agrícolas, sistemas de armazenagem, reforma de pastagem e irrigação, animais para cria e recria, e muitos outros.

COMERCIALIZAÇÃO

Com o Sicoob, você tem todos os recursos necessários para garantir os melhores preços e obter grandes resultados na hora de comercializar a produção do seu empreendimento.

CUSTEIO

Produtor que é cooperado também pode financiar despesas das atividades agrícolas e pecuárias: aquisição de insumos, produção de mudas e sementes, além de vacinas e medicamentos, entre outros exemplos.

INDUSTRIALIZAÇÃO

O Sicoob ainda disponibiliza ao produtor rural linhas de crédito para industrialização de produtos agropecuários em sua propriedade.

8

AÇÕES IMPLEMENTADAS

- EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA
- APOIOS/PATROCÍNIOS
- EDUCAÇÃO FINANCEIRA
- KIT ESCOLAR
- AÇÕES SOCIAIS
- CAPITAL HUMANO
- PREMIAÇÕES



EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

A Educação, Formação e Informação é um dos princípios básicos do cooperativismo. Em 2022, o Sicoob Nossacoop realizou diversas ações no sentido de disseminar a Educação Cooperativista, bem como tornar públicos os procedimentos previstos no seu Estatuto.



Palestras Institucionais em Capela Nova e Caranaíba com o Diretor Coordenador Fabiano Soares Maio/2022

Eleições de Delegados 2022



Pré-Assembleias e Assembleias Gerais, Extraordinárias e Ordinárias.



CONEXÃO SICOOB



O Conexão Sicoob foi um programa realizado pelo Sicoob Nossacoop e Sicoob Instituto, com o objetivo de incentivar jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos, a desenvolverem competências e aplicarem conceitos de empreendedorismo e cooperativismo, gerando impacto positivo em suas comunidades. O programa contou com uma trilha com atividades, sessões de mentoria e desenvolvimento de um protótipo, para que no Laboratório de Inovação, fossem avaliados os projetos por uma banca. Os grupos com maior pontuação foram premiados em dinheiro. Estamos satisfeitos com o sucesso do evento e agradecemos o empenho de cada participante, dos colaboradores voluntários e da banca avaliadora.

13

Ações
Implementadas

+ de 1700

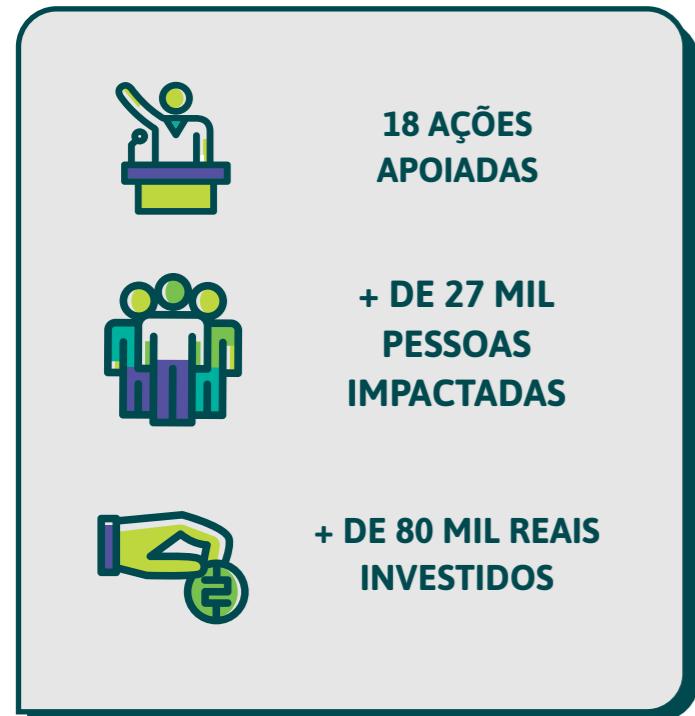
Pessoas
Impactadas

+ de 207 mil

Investidos Em
Educação Cooperativista

APOIOS/PATROCÍNIOS

A Cooperação está no sangue, e o Sicoob Nossacoop não pôde deixar de se fazer presente e apoiar diversas iniciativas ao longo do ano. Foram ações promovidas por APAEs, CRAS, Secretarias Municipais de Saúde, Secretarias Municipais de Educação e Secretarias Municipais de Lazer, além da participação no Inova Campo em Barbacena e a promoção de Eventos culturais. O apoio local reforça a dedicação da Cooperativa ao sétimo princípio do cooperativismo, o Interesse pela Comunidade.



Concurso da Secretaria Municipal de Educação Agosto/2022 Congonhas/MG



Feira Inova Campo Novembro/2022 Barbacena/MG

42ª Exposição do Cavalo Campolina
- Diretor Comercial Bruno Mota
ao centro e o Superintendente Alexandre Brant à esquerda.
Setembro/2022
Belo Horizonte/MG



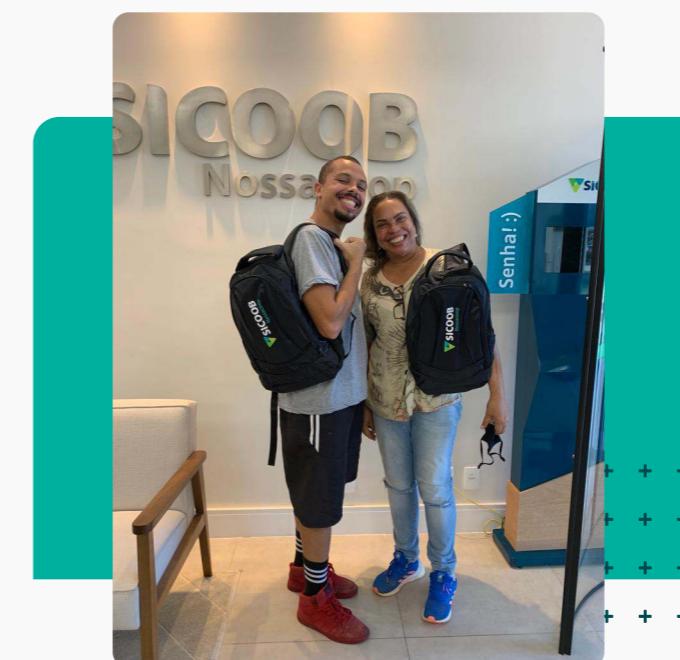
EDUCAÇÃO FINANCEIRA



Curso de Educação Financeira
Realizado em Capela Nova - Agosto de 2022

KIT ESCOLAR

Em 2022, o Sicoob Nossacoop deu continuidade ao Projeto Kit Escolar, com a distribuição de 4300 kits escolares para cooperados e filhos de cooperados estudantes. O programa, realizado desde 2005, tem como principal objetivo incentivar a educação e a formação desses beneficiários. Uma prática que fortalece e cumpre com os valores e princípios do cooperativismo, atendendo estudantes do maternal ao ensino superior. São entregues mochila com material escolar de acordo com a necessidade do cooperado e/ou seu beneficiário, que fazem previamente a escolha da série a ser cursada e do local onde será retirado o Kit.





AÇÕES SOCIAIS

Foram realizadas doações a Instituições Carentes, Ações Ambientais, Ações Emergenciais em virtude de Enchentes, Palestras, Programa Transformação Digital e incentivos a saúde, cultura, educação, esporte e lazer.



Ações de Dia das Crianças (tarde divertida com brinquedos, guloseimas e brincadeiras em 8 instituições sociais de BH, Barbacena, Cachoeira do Campo, Caranaíba, Carandaí e São José da Lapa).



Apoio ao Asilo Casa Frederico Ozanam em Diamantina/MG. O Presidente do Conselho de Administração, Alfredo Melo, acompanhou a entrega de materiais destinados à manutenção e reforma do espaço.



32 Ações Implementadas

+ de 9500 beneficiários diretos

+ de 430 mil reais investidos na comunidade



GINCANA DO BEM

O Sicoob Nossacoop disponibiliza nas duas Unidades Administrativas e em todas as agências, coletores onde cooperados e funcionários podem depositar lacres, tampinhas e pilhas, promovendo o descarte adequado e obtendo insumos que contribuem com projetos de responsabilidade socioambiental.

Em 2022 foi realizada a terceira edição da Gincana do Bem. A iniciativa tem como missão promover a educação ambiental e envolver o público interno na intensificação da coleta dos materiais recicláveis ou tóxicos. A agência com maior volume de itens coletados em cada modalidade é premiada.

Os lacres são encaminhados para a Associação Lacre do Bem que converte 105 kg do material em uma cadeira de rodas;

as tampinhas são destinadas para a ONG Vida Animal Livre que converte 120 kg do material em uma castração ecológica de animais de rua.



Em parceria com a ONG Vida Animal Livre, o Sicoob Nossacoop contribuiu com a castração ecológica do primeiro animal em vulnerabilidade social, fruto do volume de tampinhas plásticas arrecadadas na terceira edição da Gincana.

Foram arrecadados:

- 177kg de tampinhas • 90kg de lacres • 39kg de pilhas

CAPITAL HUMANO

INVESTIMENTO ANUAL DE APROXIMADAMENTE



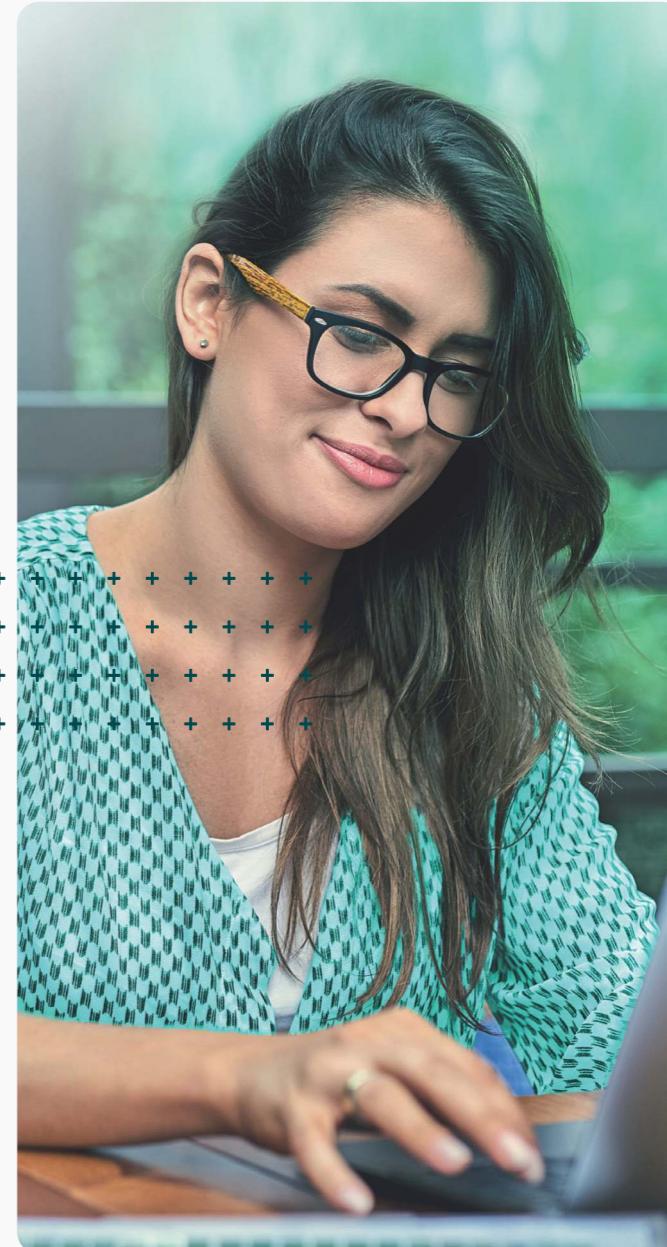
10.358

HORAS/AULA DE CAPACITAÇÃO



Great Place To Work® Certificada
Jun/2022 - Jun/2023
BRASIL

CONQUISTA, PELO SEGUNDO ANO CONSECUTIVO, DO SELO GPTW.



PREMIAÇÕES

O time Nossacoop deu show em desempenho em 2022, e conquistou uma série de prêmios nas campanhas comerciais.

2.683.600 PONTOS COOPERA



9 VIAGENS



3.000,00 EM VALE-COMPRAS



**PRÊMIOS COMO CAIXAS DE SOM JBL, RELÓGIOS SMARTWATCH,
FONES DE OUVIDO, SMARTPHONES, E MUITO MAIS**



O COOPERADO NÃO PODERIA FICAR DE FORA

Foram vários sorteios contemplando os associados com prêmios especiais: Alexas, Caixas de Som JBL e até Kit Churrasco.



O SICOOB NOSSACOOP É
DESTAQUE NACIONAL



A NOSSACOOP É OURO

1º LUGAR - CONSÓRCIO

Grupo S2

